



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

EDSON JOSÉ DUARTE

**DISCURSO E ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO DEBATE SOBRE A
QUESTÃO AMBIENTAL EM CATALÃO (GO).**

**CATALÃO (GO)
2012**

EDSON JOSÉ DUARTE

**DISCURSO E ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO DEBATE SOBRE A
QUESTÃO AMBIENTAL EM CATALÃO (GO).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
stricto sensu em Geografia da
Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, como
requisito para o Exame de Defesa Final.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do
Território.

Linha de Pesquisa: Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves

**CATALÃO/GO
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

EDSON JOSÉ DUARTE

DISCURSO E ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL EM CATALÃO (GO).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves
Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Paulo Henrique Orlando Kingman.
Membro interno
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Rogério Bianchi Araujo
Membro interno
Universidade Federal de Goiás

Aprovada em

Aos meus pais; Joaquim Arruda Duarte e Gertrudes Junqueira Duarte, que deixaram este mundo físico muito cedo, com a dúvida e as incertezas dos rumos que seu filho mais novo poderia ter galgado. Tomo este momento como um instrumento de conforto em suas incertezas e de resposta a esta dúvida.

AGRADECIMENTOS

A minha profissão de professor e a todos os meus alunos de ontem e de hoje que me levaram a busca incessante de respostas para as dúvidas deste mundo.

Aos professores amigos:

Paulo H. Kingman, pelo apóio e as conversas solidárias e confortadoras;

Marcelo R. Mendonça por compartilhar sua sapiência e suas experiências com uma dedicação comprometida com o sucesso de seus alunos.

Helena Angélica, que mesmo não ministrando disciplina na linha de estudos ambientais, deixa um enorme legado com sua experiência e história de vida acadêmica que nos inspira o tempo todo.

Carmem Lúcia, por suas dicas de uma amiga que tem na bagagem uma história de títulos e conquistas.

Ao meu orientador Manoel R. Chaves, que mesmo carregado de suas funções de diretor-administrador, nunca tornou menor o seu ofício de educador, atendendo com suprema dedicação, a solicitação de seus orientandos sem distinção e privilégios.

Ao professor Dr. Rogério Bianchi por ser tolerante aos nossos tropeços e prazos e por sua contribuição bastante pertinente nas questões ligadas a sociedade contemporânea.

Ao membro do gabinete de diretoria do IBAMA o Sr. André Luiz F Naime, que apesar dos desencontros de nossos calendários sempre se prontificou a contribuir com a nossa pesquisa.

Ao secretário de meio ambiente, Carlos Cesar Nascimento, que sempre se propôs a esclarecer todas as nossas dúvidas ligadas à Secretaria de Meio Ambiente de Catalão-GO.

E aos colegas-amigos de mestrado, Ricardo Assis, Alfredo Arantes, José Luiz, Klayre Garcia, Manoel, Mônica M. Netto, Luciano Abraão que, ao partilharem esta experiência da forma que vivenciamos elevaram o nível de colegas para amigos que quero guardar para sempre.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão-GO, constitui-se em uma analogia de três instituições públicas de Catalão: Prefeitura, Ministério Público e UFG e o seus papéis nas questões ambientais do Município de Catalão-GO. A pesquisa se propõe a analisar estas três instituições a partir do contexto de expansão industrial e do crescimento econômico, ocorrido nos últimos vinte anos na cidade de Catalão, com ênfase nas questões ambientais intrínsecas deste processo.

O embate gerado pela expansão industrial, ditada pelo modo de produção capitalista, ao se apropriar do território, ameaça e atropela valores, culturas e a identidade da população do lugar. Obviamente este problema se estende para a população catalana que vive o grande dilema de aceitar o novo sem perder sua identidade.

Com a expansão das multinacionais e a descentralização da industrialização brasileira a partir da década de 1980, Catalão foi atingido imensamente por esta expansão, transformando todo seu município. Em um segundo momento na década de 1990, a cidade passa por importantes mudanças no campo de oferta de serviços, principalmente no setor de saúde, jurídico e da educação. Estes setores passaram a atuar e fundamentar-se com termos técnico-científicos e jurídicos, para responder às dúvidas e questionamento que surgem em consequência da dinâmica do crescimento da cidade, caracterizando assim, um debate entre os discursos percebidos pela sociedade. O discurso acadêmico, que além de uma apresentação de fatos técnico-científicos, vem casualmente acompanhado de um discurso ambientalista de forte apelo político e ideológico. O poder público municipal, por outro lado, elabora um discurso com forte argumento progressista, no qual o desenvolvimento econômico/industrial sobrepõe aos modelos conservacionistas sugeridos pelas normatizações vigentes. O Ministério Público, por sua vez, elabora um discurso mediador desses conflitos estabelecidos, indicativo de uma suposta neutralidade uma vez que tem como base os argumentos legais.

O estudo utilizou como metodologia, uma pesquisa de caráter predominantemente qualitativo e como suporte a esta discussão, será sustentado por uma base teórica e informações institucionais. Paralelo a este suporte teórico, foi realizado um trabalho de campo direcionado as instituições públicas postas como objeto da pesquisa. Esta fase utiliza como procedimento metodológico uma pesquisa de caráter tanto qualitativa quanto quantitativa. Foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, direcionadas a personagens que tenham tido um papel relevante nos desdobramentos de assuntos ligados a questão ambiental em Catalão. E em seguida, estas entrevistas e estes dados serão: organizados, cruzados e analisados de forma que possam respaldar ou desmitificar algumas hipóteses acerca do crescimento industrial/econômico no município e que foram levantadas pelo projeto da pesquisa.

Uma análise de cada seguimento nos dará inúmeras possibilidades de leitura do problema. Assim, será possível conferir a legalidade e coerência de cada argumentação. Investigar o papel destas instituições é importante, pois é através do entendimento do papel delas que será possível perceber em que lógica política, jurídica e científica este processo de crescimento da cidade de Catalão acontece. E assim, desenvolver ações para amenizar os impactos que serão provocados com a expansão do processo de industrialização de Catalão.

O aprofundamento na discussão sobre o papel das instituições nestes embates torna se fundamental, na medida em que, o processo de agressão em uma região em amplo processo de industrialização se torna tão rápido que às vezes não há tempo de um levantamento técnico e sistemático do fenômeno de agressão. Diante disto, os debates funcionam como mecanismo de pressão para que ações institucionais sejam tomadas antes mesmo que ocorra o real impacto.

Palavras chaves: Catalão-GO; Indústria; Instituições Públicas; Meio Ambiente

ABSTRACT

The research developed at the Graduate Program *Stricto Sense* in Geography, Federal University of Goiás / GO-Campus Catalão, is an analogy in three public institutions of Catalão: City Hall, prosecutors and UFG and their roles in environmental issues City of Catalão-GO. The research aims to analyze these three institutions from the context of industrial expansion and economic growth that occurred in the last twenty years in the Catalão city, with emphasis on environmental issues inherent in this process. The clash generated by industrial expansion, dictated by the capitalist mode of production, by appropriating the territory, threatening and trampling values, cultures and identity of the population of the place. Obviously this problem extends to the Catalão population living the great dilemma of accepting the new without losing its identity. With the expansion of multinationals and the decentralization of industrialization from the 1980s, Catalão was greatly affected by this expansion, transforming your entire county. In a second stage in the 1990s, the city undergoes significant changes in the field of supply of services, mainly in health, legal and education. These sectors had to act and refer to the terms of techno-scientific and legal questions and to answer questions that arise as a result of the dynamics of city growth, thus characterizing a debate between the discourses perceived by society. The academic discourse, which in addition to a presentation of technical and scientific facts, casually comes accompanied by an environmental discourse of strong political and ideological appeal. The municipal government, on the other hand, prepares a speech with a strong progressive argument, in which economic development / industrial conservation overlaps the models suggested by the existing norms. The prosecutor, in turn, will prepare a set speech mediating these conflicts, indicative of a supposed neutrality since it is based on legal arguments.

The methodology applied, a predominantly qualitative research study and how to support this discussion, will be supported by a theoretical and institutional information. Parallel to this theoretical support, we carried out a fieldwork directed public institutions placed as the object of research. This phase uses as a methodological procedure a research study both qualitative and quantitative. Interviews were conducted structured and semi-structured, directed at characters who have played an important role in the unfolding of issues related to environmental issues in Catalan. And then these interviews and these data will be: organized, checked and analyzed so that they can support or demystify certain assumptions about the industrial growth / economic development in the municipality and that have been raised by the research project.

An analysis of each segment will give us many opportunities to read the problem. Thus, you can check the legality and consistency of each argument. To investigate the role of these institutions is important because it is through the understanding of their role will be possible to realize that political logic, legal and scientific this process of growth of the city of Catalão happens. And so, develop actions to mitigate the impacts that will be caused. The deepening the discussion on the role of institutions in these conflicts makes it essential, in that the process of aggression in a wide region in the industrialization process becomes so fast that sometimes there is no time for a technical and systematic survey of the phenomenon of aggression. Given this, the debates function as engine pressure for institutional actions are taken to occur even before the real impact.

Keywords: Catalão-GO, Industry, Public Institutions, environment

FIGURA

Figura 01- Localização do município de Catalão (GO) 25

LISTA DE FOTOS

Imagem 01- Fosfertil.....	36
Imagem 02- Vista aérea: Terminal Rodo-Ferroviário da Copebrás.....	37
Imagem 03- Nióbio.....	37
Imagem 04 - Vista aérea de Mitsubishi Motors do Brasil-Catalão(GO).....	39

GRÁFICO

Gráfico 01- Produto Interno Bruto do Município de Catalão (GO) 2002/05..... 34

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Professores efetivos do curso de geografia do Campus de Catalão	
Doutores.....	61
Tabela 02- Professores efetivos do curso de geografia do Campus de Catalão	
Doutorandos.....	61
Tabela 03- Professores efetivos do curso de geografia do Campus de Catalão	
Doutorandos.....	62
Tabela 04- projetos desenvolvidos com financiamento de 2002 a 2005:.....	64

LISTA DE SIGLAS

CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CEMAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
DIQUIC	Distrito Químico de Catalão-GO
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GeTEM	Grupo de Estudos e Pesquisas em Território e Movimentos Sociais
GEDAP	Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental,
GO	Goiás
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MP	Ministério Público
NEPSA	Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais do Campus de Catalão
PIB	Produto Interno Bruto
SAE	Superintendência Municipal de Água e Esgoto
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFG/CAC	Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
UNB	Universidade Nacional de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. Expansão Industrial, Modernidade e a Identidade dos Lugares.	21
1.1 A Fábrica: produzindo sonhos e engolindo lugares.	21
1.2. Expansão Industrial: novos espaços inseridos na lógica de produção e reprodução do capital.....	27
2. Modernidade e Pensamento Geográfico.....	42
2.1. Desafios metodológicos da Ciência Geográfica.	42
2.2. A Geografia em Catalão: a luta pela sua implantação em um processo de redemocratização nacional.	50
3. O Poder Institucionalizado em Catalão-GO.....	67
3.1 Buscando conceito.....	67
3.2 A Consolidação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão-GO.....	72
3.3 Ministério Público: Um Desafio Metodológico.....	80
4. Considerações	84
Referências.	92
ANEXOS.....	95

1. INTRODUÇÃO

Entender qualquer fenômeno a partir do conhecimento científico, seja qual for sua metodologia, exige do pesquisador uma identificação com o objeto a ser pesquisado. Um olhar sobre o lugar só é possível na íntegra se este lugar constituir uma identidade com aquele que o observa. Diante disso, a pesquisa: **Discurso e Atuação das Instituições Públicas no Debate Sobre a Questão Ambiental em Catalão (GO)**

Assim, escolher como sujeitos da pesquisa algumas instituições que se mesclam e atuam no processo de territorialização da cidade de Catalão-GO pela industrialização é, acima de tudo, uma escolha que envolve uma militância e uma parcialidade explícita do pesquisador. Isto ocorre em função da percepção empírica, e, por que não, nostálgica que o pesquisador tem deste processo de territorialização econômica que transforma a paisagem e o seu lugar de vivência. Daí a preocupação em tornar, por meio da pesquisa, este processo o mais transparente possível, a fim de possibilitar ações que amenizem ou revertam parte deste processo. Justifica-se assim, o fato do texto apresentar, desde o início, uma preocupação em desvelar as dificuldades que a ciências, em geral, e, em particular, a geográfica apresentam ao buscar entender as subjetividades implícitas no processo de industrialização.

A modernidade traz um cenário complexo e cabe à geografia o desafio de ler esta realidade sem perder de vista sua identidade científica. Nesse processo, destacam-se, como projeto da modernidade, a expansão das transnacionais no Brasil, fruto da abertura econômica do país pelas políticas neoliberais. Essas políticas chegam até o município de Catalão/GO por meio da vinda de transnacionais de diversos ramos. A partir daí, o município passa por um processo de industrialização, acompanhado pela urbanização e traz consigo também inúmeras consequências positivas e negativas para a cidade e sua população.

A cidade de Catalão-GO tem alcançado, nos últimos vinte anos, um vigoroso crescimento econômico. Este crescimento ocorre em função do contexto da reorganização do espaço produtivo, que a globalização provoca em escala internacional, nacional e regional. Em busca de um menor custo de produção, as empresas transnacionais se instalam, cada vez mais, em regiões distantes dos grandes centros, alcançando cidades até então fora do circuito da indústria tradicional do Brasil. Como exemplo, a cidade de Catalão-GO. Este processo é chamado de descentralização da industrialização brasileira, conforme Moreira (2006). A

busca de mão de obra mais barata, sindicatos menos atuantes, matéria prima abundante e barata, localização geográfica favorável ao mercado e legislações ambientais inoperantes, tem sido fatores de grandes atrações neste processo de descentralização.

Este crescimento, porém, vem acompanhado de profundas transformações espaciais em todos os aspectos da cidade e região que atraem estas empresas. Degradação ambiental, choques de culturas, perda de identidade da população, inchaço urbano, são fatores que consequentemente acompanham o crescimento econômico.

Por outro lado, nos últimos vinte anos, a sociedade civil e as instituições públicas, têm tentado dar uma resposta a este fenômeno de crescimento, que muitas vezes vêm acompanhadas de formas desordenadas. No caso específico de Catalão, isso pode ser notado quando houve a criação do CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), a elaboração do Plano Diretor, implantação do Ministério Público, várias ações da UFG-CAC, a implementação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, entre outros. São exemplos que demonstram que a sociedade catalana não está alienada a este processo, principalmente, quando o tema é meio ambiente. Neste caso, empresas, população e ambientalistas discutem os prováveis impactos que o crescimento pode trazer à cidade e sua população.

Diante deste pressuposto, faz se necessário um levantamento destes discursos e uma análise sistêmica das instituições públicas diretamente envolvidas nestas discussões, a fim de se desvendar os reais interesses destes.

Uma análise da atuação de cada segmento propiciará inúmeras possibilidades de leitura do problema. Assim, será possível conferir a legalidade e a coerência de cada argumentação, e, diante desta legalidade, perceber como a população tem consciência desta e como as empresas devem se adequar a ela. Investigar o papel destas instituições é importante, pois é através do entendimento do papel de cada uma que será possível perceber em que lógica política, jurídica e científica o processo de crescimento da cidade de Catalão-GO acontece. E, assim, desenvolver ações para amenizar os impactos que serão provocados com a expansão do processo de industrialização de Catalão-GO.

O aprofundamento na discussão sobre o papel das instituições nestes embates torna se fundamental, na medida em que o processo de agressão em uma região em amplo processo de industrialização se torna tão rápido que às vezes não há tempo de um levantamento técnico e sistemático do fenômeno de agressão. Diante disso, os debates funcionam como mecanismo de pressão para que ações institucionais sejam tomadas antes mesmo que ocorra o real impacto.

Para subsidiar esta análise, procurou-se levantar referências sobre modernidade, globalização, categorias de análise geográficas como: lugar, território e paisagem, relação do poder público, a história e os modelos de industrialização no Brasil e em Goiás e sobre análise do discurso nas relações de poder. O referencial teórico deu um norte ao caminho que se pretendia trilhar, e criou condições para a elaboração do projeto como o momento de definição teórico metodológica da pesquisa proposta para ser desenvolvida no mestrado em Geografia na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão-GO.

Não se trata aqui de um trabalho de estudo de caso, mas sim, a tentativa de interpretar coletivas tendências de idéias e a forma com que as instituições públicas se mesclam neste processo. Evidentemente não é possível desenvolver um trabalho global sem analisar as particularidades. Casos como: o impacto das mineradoras na atmosfera local, contaminação do lençol freático pela agroindústria e lixo urbano, foram investigados. Porém, com o intuito de extrair as discussões e os discursos pertinentes aos fatores de agressão ambiental provocados por eles e como as instituições públicas interferem na legitimação ou refutação destes discursos.

Este estudo utilizou como metodologia uma pesquisa com base nas técnicas e procedimentos qualitativos. A escolha pelo procedimento qualitativo está relacionada aos objetivos que se pretendia alcançar com a pesquisa. Ou seja, embora o estudo se proponha a pesquisar instituições públicas em que, portanto, os dados estão postos, há um objetivo de dar uma interpretação que extrapole estes dados. Os discursos, as dificuldades, as percepções, a relação de poder destas instituições se mesclam com a cultura local e criam dúvidas e embates que se carregam de subjetividades que a frieza dos dados institucionalizados não dá conta de responder. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a análise qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a análises fragmentárias.

Como suporte e sustentação a esta discussão, foi executado um levantamento de uma base teórica e de dados e informações institucionais. Foram ainda acrescentados dados quantitativos de outras fontes para enriquecimento das discussões metodológicas. Embora esta pesquisa se fundamente em caráter teórico e institucional, o seu desenvolvimento se deu sustentado por pesquisas bibliográficas e citações de casos que assumem feições de pesquisa prática. Quanto ao levantamento de dados quantitativos e a construção de tabelas e gráficos estes se fazem necessários, mas não isolados da pesquisa qualitativa, pois neste caso elas se

complementam, ajudando a interpretar o movimento do real e os processos que geraram esse movimento.

Após a definição do problema, dos objetivos, do método e da metodologia que melhor se adéqua à tentativa de responder às hipóteses intrínsecas a este contexto da industrialização e a forma com que a sociedade institucionalizada responde a esta demanda, lista-se abaixo, em uma “ordem” didática, a seguinte organização dos capítulos.

A estrutura da dissertação é composta de três capítulos:

I. Expansão Industrial, Modernidade e a Identidade dos Lugares; II Modernidade e Pensamento Geográfico; III. O Poder Institucionalizado em Catalão; e Considerações:

Estes capítulos devem organizar-se da seguinte forma:

O primeiro capítulo, **EXPANSÃO INDUSTRIAL, MODERNIDADE E A IDENTIDADE DOS LUGARES**; descreve a expansão industrial nacional e mundial como projeto da modernidade e aponta os conflitos de territórios e lugares oriundos deste processo. Para isso, será realizado um resgate histórico da evolução dos paradigmas da indústria moderna e da forma como os modelos de Estados vão se adequando a cada novo paradigma da indústria para atenderem ao mercado. Diante disso, o capítulo levanta os fatores locais e políticos que desencadearam uma descentralização da indústria mundial e no Brasil. Tudo com o objetivo de entender de que forma os lugares, com suas identidades, suas paisagens ambientais e suas culturas são impactados por este processo, afunilando, assim, toda esta discussão no processo de industrialização e crescimento econômico que Catalão-GO experimenta atualmente.

O segundo capítulo, **MODERNIDADE E PENSAMENTO GEOGRÁFICO**, está organizado em dois tópicos. O primeiro, **Desafios metodológicos da Ciência Geográfica**, apresenta-se como uma fundamentação teórica que aborda o papel da ciência, particularmente a geográfica, no contexto da modernidade. Esta abordagem faz uma breve descrição a respeito da ciência moderna positivista e as suas crises e contradições sócio-ambientais que se explicitam a partir do avanço do capital pelo mundo. Diante deste pressuposto, a discussão se torna bastante relevante para a pesquisa na medida em que explicita o processo de territorialização dos lugares pelo capital, evidenciando a insustentabilidade ambiental e social deste modelo, além de nos remeter a almejarmos outra sociedade possível. No caso de Catalão-GO, este debate alerta para esta insustentabilidade que, na maioria das vezes, esconde-se atrás do discurso progressista econômico-empresarial que se sustenta na

inquestionável idéia de desenvolvimento. E, o segundo tópico, **O Curso de Geografia em Catalão e as Questões Ambientais**; irá descrever, no contexto da implantação do Campus e do curso de Geografia, um resgate histórico e uma breve reflexão a respeito das principais ações do referido curso nas demandas ambientais do município de Catalão-GO e de que forma as discussões epistemológicas da ciência geográfica e da crise da ciência positivista citadas no tópico anterior se apresentam em escala local.

O terceiro capítulo, **O PODER INSTITUCIONALIZADO EM CATALÃO-GO**, consiste em um resgate histórico da consolidação de duas instituições públicas que serão objeto de estudo da pesquisa: o Ministério Público de Catalão e a Secretaria Municipal de meio ambiente de Catalão-GO. Este resgate, além de descrever e caracterizar a função de cada uma destas instituições deverá levantar o contexto histórico em que elas surgiram em Catalão-GO e as influências deste contexto nas suas criações, além de contemplar o papel que cada uma assume no contexto da expansão econômica e industrial do município de Catalão-GO.

Para responder à proposta do **III Capítulo**, foi realizada parte da pesquisa de campo, com uma entrevista ao Promotor do Ministério Público: Roni Alvacir Vargas e também ao secretário municipal de meio ambiente: Carlos Cesar do Nascimento. Além disso, foram ouvidos alguns professores do curso de Geografia da UFG-CAC, que são bastante atuantes nas questões ambientais do município e que, portanto, serão sujeitos da pesquisa.

Após a etapa dos primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa, foram selecionados textos e dados coletados, que possam dar esclarecimento e sustentação a(s) linha(s) que segue a pesquisa. Estes documentos e dados foram levantados de arquivos públicos disponibilizados pelo Ministério público, Prefeitura Municipal de Catalão, UFG-CAC e internet. Nesta fase da pesquisa, foi realizado o levantamento de dados a partir da pesquisa documental (ou fontes primárias), pesquisa bibliográfica (ou fontes secundárias) e a pesquisa na internet.

E, finalmente: as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, que buscarão expor a inter-relação entre as instituições públicas, descrevendo seus discursos e suas atuações na área ambiental diante do contexto do crescimento econômico da cidade de Catalão-GO. Esta é a fase do levantamento de informações na própria realidade, ou seja, onde os fenômenos ocorrem a partir da dinâmica, do processo e das relações entre os sujeitos pesquisados. Para ter acesso ao local da pesquisa esta etapa será concretizada com base na pesquisa de campo.

Foi realizado também um trabalho de campo direcionado às instituições públicas postas como objeto da pesquisa. Esta fase se realizou no período de dezembro de 2012 a janeiro de 2013 e utilizou como procedimento metodológico uma pesquisa de caráter tanto qualitativo quanto quantitativo. Foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas,

direcionadas a personagens que exercem um papel relevante nos desdobramentos de assuntos ligados à questão ambiental em Catalão-GO.

Para isso, foi encaminhado um questionário aos professores do curso de Geografia UFG-CAC, que compõem um universo de 17 elementos a serem pesquisados. Dentro deste universo seriam selecionados três professores que tenham trabalhos, projetos e pesquisas relacionados diretamente às questões ambientais do município e foi aplicada uma entrevista com o objetivo de entender a atuação de diferentes pontos de vista dentro da universidade.

A escolha do curso de Geografia como objeto de pesquisa é resultante dos caminhos que levaram à sondagem preliminar. Esta sondagem chegou à constatação que este curso responde por praticamente todas as questões que envolvem o meio ambiente do município e a universidade.

Logo em seguida, a pesquisa procuraria realizar uma entrevista com o promotor do Ministério Público na curadoria que responde pelas demandas ambientais que ocorrem no município. Esta entrevista teve como objetivo principal entender a atuação e o papel do Ministério Público nas questões ambientais, tentando estabelecer a licitude de todo o processo e compreender, dentro da lógica ambiental, de que forma o Ministério Público atua nos prováveis conflitos existentes nas três esferas públicas propostas para o estudo: UFG-CAC Geografia, Prefeitura Municipal e o próprio Ministério Público.

E, finalmente, foi realizada uma entrevista com o atual Secretário de Meio Ambiente de Catalão-GO, objetivando entender de que forma o poder executivo municipal interfere nas demandas ambientais consequentes da expansão econômica e industrial da cidade, dentro desta ótica, avaliar quais os mecanismos que a prefeitura usa para fomentar ou refutar ações empreendedoras que possam representar ameaças ao meio ambiente local.

Ainda nesta perspectiva institucional, foram investigados documentos e dados destas instituições que reforçaram ou, por vezes, refutaram argumentos postos nas entrevistas e na dinâmica dos acontecimentos ambientais do município.

E, em seguida, estas entrevistas e estes dados foram organizados, cruzados e analisados de forma que pudessem respaldar ou desmitificar algumas hipóteses acerca do crescimento industrial/econômico no município, e que foram levantadas pelo projeto da pesquisa. Estes instrumentos estarão acessíveis nas suas diversas formas de disponibilização a todos os públicos a que possam interessar, como uma das formas de contribuição social da pesquisa.

O estudo e o debate a respeito do processo de consolidação destas instituições públicas, neste contexto de desenvolvimento econômico do município de Catalão-GO, pode

se converter em um importante mecanismo de contribuição científica para a gestão dos recursos ambientais da cidade. Pois a pesquisa, além de oferecer dados e registros de situações problemas ligadas ao meio ambiente, aponta, ainda, para todos aqueles que possam se interessar, os caminhos a serem percorridos nas instituições para buscarem ações que minimizem os impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento econômico-industrial.

Outro aspecto de contribuição que esta pesquisa pode legar às instituições é a divulgação do trabalho que cada uma delas tem realizado nas demandas ambientais de Catalão-GO. Boa parte da população desconhece as relações de poder institucionalizado. Pesquisas internas do Ministério Público Nacional afirmam que apenas 17% dos entrevistados sabem qual o papel do Ministério Público. Grande parte da população de Catalão-GO não sabe a totalidade de cursos que existem no Campus da UFG e desconhece os projetos de extensão e/ou de meio ambiente que a universidade desenvolve junto à sociedade. A Secretaria de Meio Ambiente possui instrumentos legais e tecnológicos de combate à poluição e à degradação ambiental que são poucos acionados. Por isso, a divulgação do trabalho destas instituições, pelos mais variáveis canais de informação possíveis, é de extrema relevância para estas instituições, e, conseqüentemente, quem se torna o maior beneficiado de tudo isto é a própria população de Catalão-GO.

1. EXPANSÃO INDUSTRIAL, MODERNIDADE E IDENTIDADE DOS LUGARES

1.1 A FÁBRICA: produzindo sonhos e engolindo lugares

Parece demasiadamente “miúdo” e pretensioso fazer uma discussão de toda esta parafernália do mundo moderno e suas subjetividades a partir do deslocamento tempo-espacial da “fábrica”. A questão é que a “fábrica” sintetiza toda teia do sistema capitalista e explicita as contradições que não se encaixam nestas teias.

A expansão das transnacionais e toda simbologia que isto representa são o ápice da eficiência de um sistema que se baseia em contradições. A eficiência de produção e consumo levam à falência de outras sociedades e a insustentabilidade material do mundo. O sonho de Henry Ford de cada cidadão ter um carro hoje seria uma catástrofe por qualquer ponto de vista que se queira analisar.

Não se trata apenas do fato de algumas indústrias se instalarem em países e cidades que ainda não haviam experimentado o processo de industrialização. É muito mais que isto. Consiste, na verdade, na reflexão a respeito do projeto da modernidade que transforma a razão em uma religião e o consumo em uma divindade. É o fundamentalismo do consumo. A globalização pós-queda do muro de Berlim é apenas o último e mais avançado estágio deste projeto da modernidade que, desde suas origens, manteve o caráter de negar o que não é moderno em busca da hegemonia de um mundo homogeneizado pelo consumo.

Historicamente, há inúmeros exemplos desta intolerância do capital às sociedades não capitalistas. Seja pelo método genocida, como foi o caso dos indígenas norte-americanos e os samurais no Japão, e/ou pelo etnocídio, como ocorreu nos povos ameríndios da América do Sul. E, em um contexto mais contemporâneo, poderíamos citar, ainda, as interferências no mundo islâmico do Oriente Médio. O fato é que esta característica de se apropriar das culturas e dos lugares é intrínseca ao modelo de sociedade capitalista que nós herdamos. E, como forma de legitimar esta apropriação, o capital cria instrumentos que dão respaldo a todo este processo.

Porém, ao que tudo parece, a “fábrica” nascida no espaço inglês do século XVIII e que se expandiu globalmente, até sua evolução atual, indica uma clara sistematização prática e concreta da apropriação destes lugares e a homogeneização de suas culturas. A eficiência do

processo produtivo da indústria e o conforto material que ela proporcionou à humanidade parecem justificar todas as atrocidades geradas pelo processo da industrialização.

No entanto, esta eficiência extrema de se apropriar da natureza provocada pela indústria, e a homogeneização das culturas seduzidas pelo consumo, explicita também o caráter perverso de intolerância do capital aos outros mundos que ainda não se inseriram nas teias de relação e produção capitalista. Conseqüentemente, após esta entorpecente euforia do consumo, povos e lugares tomam, cada dia mais, consciência de que a expansão das indústrias como projeto da modernidade tem significados estruturais profundos que representam, muitas vezes, a perda de identidades e da própria sustentabilidade material dos lugares que habitam.

Dessa forma, emergem movimentos sociais, ambientais e culturais que refutam este modelo de desenvolvimento. Cada dia mais, as sociedades, dentro de suas especificidades, organizam-se e lutam no intuito de evidenciarem a negação de uma sociedade que possuem a ingênua pretensão de construir uma sustentabilidade ambiental a partir da regulamentação do mercado e da economia.

Reformas e ajustes, ditos como desenvolvimento sustentável, não consegue inibir esta desenfreada apropriação e destruição da natureza e ainda dá uma falsa idéia de que a tecnologia deve sanar todos os problemas ambientais. Justificando-se, assim, a possibilidade de prolongar ainda mais esta situação de depredação dos recursos naturais. Diante deste pressuposto, emerge a necessidade de um novo paradigma de relação homem-natureza. Uma relação que não seja meramente econômica e desenvolvimentista. Só assim será possível caminhar para uma sociedade que respeite a “insustentabilidade do ser”, ou seja, a liberdade, a arte e a transcendência que, ao contrário dos recursos naturais, jamais devem ser regulamentadas ou/e limitadas. Leff (2006) já criticava esta forma do setor econômico enxergar os problemas ambientais.

Se nos anos 1970 a crise ambiental tornou necessário que se colocasse um freio antes que o colapso ecológico fosse alcançado, a partir dos anos 1980 o discurso neoliberal anunciou a desapareção da contradição entre ambiente e crescimento. ...Na perspectiva neoliberal desaparecem as causas econômicas dos problemas ecológicos. A crise ambiental não mais é um efeito da acumulação de capitais, mas resultado do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. ...as leis clarividentes do mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a equidade e a sustentabilidade (LEFF, 2006, p. 134).

Na sequência, Leff (2006) ainda vislumbra este novo paradigma

Dali nasce a preocupação em voltar a natureza esquecida para arraigar o pensamento no real, para recuperar um paradigma perdido (Morin,1973) que, como fonte de objetividade, abre a possibilidade de recompor o mundo dividido e fragmentado pelo conhecimento. Ali escorrega o pensamento crítico em direção a um pensamento da complexidade que se inscreve dentro da epistémé emergente do ecologismo. O colapso ecológico incitou um retorno à natureza. A crise ambiental se expressa como uma angustia da separação da cultura de suas raízes orgânicas, procurando reconstruir a ordem social a partir de suas bases naturais de sustentação. O ecologismo emerge como um dos movimentos sociais mais significativos do final do século XX, procurando resistir às condições impostas pela ordem natural à sobrevivência da humanidade e a um desenvolvimento sustentável (LEFF, 2006, p.77).

Portanto, o estudo aqui proposto, que objetiva compreender os discursos ambientais e práticas sociais a partir da análise da atuação de três instituições públicas no município de Catalão, não pode ficar alienado a esta discussão da expansão industrial como extensão dos projetos da modernidade e seus efeitos sócio-ambientais. Pelo contrário, a cidade de Catalão-GO encontra-se bastante impactada por todo este processo. Processo este que se materializou com a verticalização das mineradoras, a implantação da Mitsubishi e o grande crescimento e transformação de seu sítio urbano, decorrente deste processo. Este movimento do real e seus efeitos sócio-ambientais para alguns parece implícito ou inexistente, pois, afirmam que se a economia vai bem tudo vai bem. No entanto, inúmeros exemplos, em escala nacional e global, desmitificam esta idéia e evidencia contradições que respaldam a necessidade de se estabelecer estudos e discussões em torno de temas centrais, como: industrialização, identidade, cultura, meio ambiente, economia e legislação.

A última fase do capitalismo, com o processo de expansão das transnacionais, levou a um modelo de sociedade de consumo que tornou a manutenção dos recursos naturais da terra insustentável. Não há aqui, portanto, a pretensão de colocar as instituições públicas de meio ambiente (nosso objeto de estudo) como a solução para este modelo de sociedade pautada no consumo. No entanto, o processo de exploração dos recursos naturais da terra toma tamanha dimensão nos últimos anos que impulsionam todos a uma reflexão em várias escalas temporais e legais. É cada dia mais evidente a insustentabilidade ambiental desta sociedade globalizada. E, obviamente diante deste fato, é possível e necessário vislumbrar um novo paradigma da relação homem-natureza, sustentável do ponto de vista da cultura, do ambiente e da sociedade para as gerações vindouras. Porém, a rapidez que o processo de esgotamento dos recursos da terra tem alcançado nos últimos anos nos impulsiona a pensar em ações

emergentes e mecanismos de pressão que devem ser tomados imediatamente a fim de minimizar este processo. E um estudo que busque a transparência das ações destas instituições certamente consiste em um mecanismo de pressão.

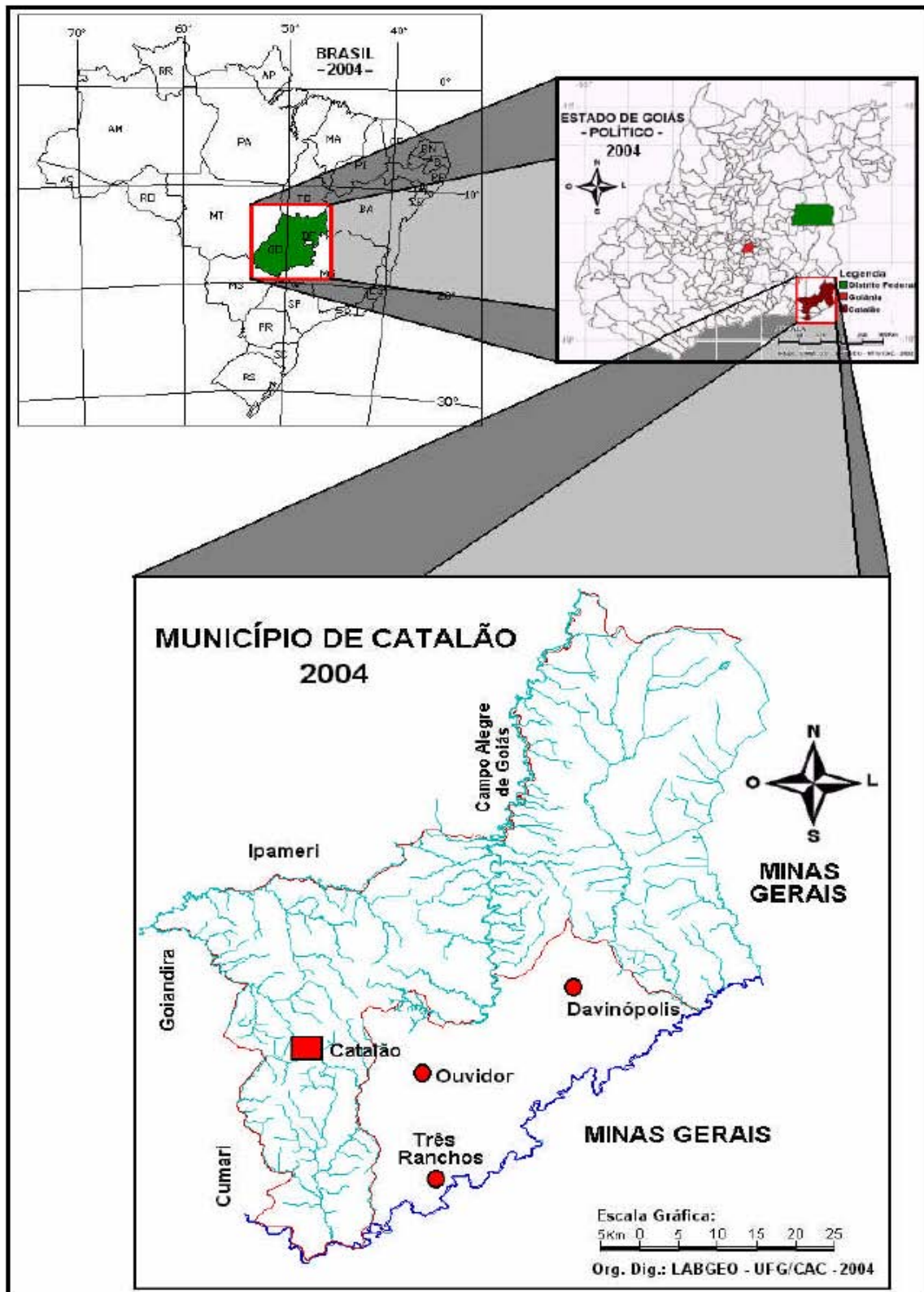
Diante deste contexto, a análise dos impactos gerados pela expansão de empresas transnacionais na cidade de Catalão/GO e o papel das instituições públicas eleitas para esta análise, passam fundamentalmente por esta discussão epistemológica da ciência e, em particular, da ciência geográfica, tema que será abordado com maior aprofundamento e rigor metodológico no próximo capítulo. A compreensão da crise da ciência positivista e sua insustentabilidade sócio-ambiental são de grande relevância para o entendimento dos lugares e suas especificidades. Embora este projeto da modernidade tente se impor como hegemônico a todas as nações, existe quase que espontaneamente uma resistência natural das diferentes culturas que sentem se ameaçadas com esta hegemonia do capital.

A eleição de algumas instituições públicas de Catalão/GO para esta análise se justifica em função dos papéis que as mesmas assumem diante deste fenômeno. Portanto, este trabalho, na medida em que busca interpretar estes discursos institucionalizados que demonstram a negação ou legitimação deste processo de territorialização do município de Catalão, abre também espaço para se fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, uma vez que nos remete a uma reflexão temática que não se limita a apenas um fenômeno local, mas sim, a toda uma crise paradigmática da ciência e da sociedade global como um todo.

As características e a localização da área de pesquisa são as seguintes:

O recorte geográfico onde se localiza o objeto de estudo dessa pesquisa situa-se na região Centro-Oeste do Brasil, no sudeste do Estado de Goiás, Mesorregião do Sudeste Goiano, pertencente à Microrregião de Catalão, compreendendo o município de Catalão, sendo o foco de análise dessa pesquisa as áreas rurais e urbanas desse município, em especial, a região do chapadão, o domo das mineradoras de Catalão e o distrito industrial de Catalão.

Mapa 01 - Localização do Município de Catalão/GO



Localização e coordenadas: Área correspondente ao município de Catalão, localizado no sudeste goiano compreendido entre os meridianos $47^{\circ} 17'$ e $48^{\circ} 12'$ long. W e os paralelos $17^{\circ} 28' 30''$ e $18^{\circ} 09' 57''$ lat. S, com uma extensão territorial de $3.777,6$ * (IBGE) censo 2000

A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, embora tenha avançado pouco nas questões práticas referentes à questão ambiental, deixou-nos um grande legado, ou seja, a participação da população civil organizada nas discussões ambientais. As crises sociais e ambientais que emergem do processo de industrialização têm impulsionado, cada dia mais, a sociedade organizada e institucionalizada a se articular para o enfrentamento destas questões. Mas, diante deste contexto, também se faz necessário um olhar sobre a forma que estas instituições “organizam” a sociedade, e quais os objetivos e interesses estão ligados às suas atuações, pois estas instituições não são imparciais e muito menos estão isentas de elementos ideológicos, políticos e jurídicos que interferem nas suas formas de atuarem nestas demandas sócio-ambientais.

Chaves, M. (2003, p. 96) já apontava para este aspecto da articulação social.

A partir da segunda metade do século XX, a questão ambiental passa a compor as várias formas de manifestações e movimentos organizados que reivindicam mudanças concretas no nível de organização social em qualquer escala de abrangência. Ao insurgir como crise social, a crise ambiental coloca também a possibilidade de novas formas de participação social. Estimula a participação política ao reacender a cidadania do lugar social, além de colaborar para promover o debate de questões como a política, a cultura, a cidadania, etc.

O importante é que os fatos que se referem à questão ambiental estão aí. A paisagem, em um movimento urbano de adequação às demandas do capital, modifica-se cotidianamente. A cada “movimento” da paisagem, os debates e discursos emergem de todos os lados e acabam envolvendo vários segmentos da sociedade catalana. Só para citar alguns, apenas no município de Catalão, poderíamos colocar a agroindústria de soja e seus danos ao solo e à água, a verticalização das mineradoras e o complexo processo químico que envolve a sua produção, as atividades perigosas que se realizam próximas à captação de água no Ribeirão Samambaia, a acomodação de um grande contingente de pessoas que se veem atraídas pela oferta de trabalho na cidade, a construção de uma série de usinas hidroelétricas na região, a agressão as nascentes do Ribeirão Pirapitinga, a pretensão da construção de um distrito industrial químico em Catalão e muitos outros fatores que poderiam ser listados.

A questão que se coloca é que estes fatos já fazem parte da realidade do município. Se não nos propusermos a analisar e debater, com profundidade teórico-metodológica, o assunto, o conjunto da sociedade pode ser ainda mais penalizado pelas decisões e interesses que, embora sejam legitimados por algumas instituições, nem sempre são consoantes com os da

população. Por isso, a análise deste assunto sócio/ambiental passa necessariamente por três esferas públicas: a Prefeitura Municipal, como legitimadora e colaboradora da apropriação do espaço do município, a UFG-CAC, como fomento ideológico e técnico, que dá pareceres favoráveis ou contrários a toda esta dinâmica do crescimento do município, e o Ministério Público, que busca estabelecer a licitude de todo este processo.

1.2. Expansão Industrial: novos espaços inseridos na lógica de produção e reprodução do capital.

O processo de expansão das transnacionais após a Segunda Guerra mundial inaugura uma nova fase do capitalismo, ou seja, a fase do capitalismo monopolista e/ou financeiro. A consolidação deste processo desencadeou transformações sócio-espaciais que ecoaram por todo o planeta. Através das transnacionais novos espaços são inseridos na lógica de produção e reprodução do capital. O entendimento desta nova lógica de reprodução do capital é de extrema relevância, na medida em que proporciona uma nova leitura das formas que os agentes envolvidos neste processo se hibridizam e desencadeiam uma série de consequências que afetam a relação homem-natureza e todas as sociedades envolvidas.

As regiões que anteriormente se encontravam periféricas ao processo de industrialização, a partir desta nova fase do capitalismo, não só se industrializaram como também têm alcançado, nos últimos anos, um vigoroso crescimento econômico. Este crescimento ocorre em função do contexto da reorganização do espaço produtivo, que a globalização alcança em escala internacional, nacional e regional. Em busca de um menor custo de produção, as empresas transnacionais se instalam cada vez mais em regiões distantes dos grandes e pioneiros centros industriais, alcançando países e cidades até então fora do circuito da indústria tradicional do mundo. Decisões pactuadas nos países centrais do capitalismo e, portanto, distantes destas nações periféricas do capital, produzem consequências profundas e radicais nestes novos atores da lógica de produção do capital.

Como afirmam Santos e Silveira (2001 p. 105),

Graças ao progresso da ciência e da técnica e à circulação acelerada de informações, geraram-se as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas a produção. E uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e

na remodelação de regiões já ocupadas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 105).

Este movimento de mundialização do processo de industrialização, como já foi mencionado anteriormente, deve ser entendido como o último estágio do projeto da modernidade pautado nos princípios capitalistas. E, por isso, tem na sua essência o objetivo de ampliar a mais valia por parte do capital hegemônico. Diante disso, o entendimento deste assunto abrange prioritariamente a forma como a indústria se reorganiza para alcançar cada vez mais esta mais-valia.

Este movimento de desterritorialização e territorialização do espaço de produção industrial envolve um conjunto de atores, que, no final, convergem para um objetivo em comum, que é a busca de mais-valia. Podemos destacar aqui, dois destes atores, que são: o modelo de produção industrial e a transformação do papel do Estado para se adequar ao mercado volátil da indústria e do comércio mundializado. Juntamente com outros, estes dois elementos se transformam em períodos regulatórios, como denominam as escolas de regulação francesas. O período regulatório, entendido por Benko (1996) p 53, “são fases do capitalismo em que uma convergência de políticas institucionais, comportamentos gerais e instituições jurídicas, tecnológica e lucratividade asseguram uma coesão e um desenvolvimento macroeconômico que lhe dá uma identidade.” Como exemplo de período regulatório pode-se citar o termo neoliberalismo.

As transformações ocorridas nos modelos de produção que buscavam sistematizar a industrialização no mercado mundializado, acabam impondo transformações na forma do Estado atuar, ou seja, o Estado que, dentro do projeto da modernidade, desde os primórdios da Revolução Francesa esteve a serviço das classes dominantes, aumenta ou diminui sua atuação de acordo com os interesses destas classes.

O modelo de produção *keynesiano-fordista* constituiu-se como o último dos períodos regulatórios que vigorou de 1945 até finais dos anos 1970. Porém, as características rígidas deste modelo, com capital fixo, mão-de-obra com direitos trabalhistas garantidos e permanentes, planejamentos e mudanças da plataforma industrial em longo prazo e com fatores locais cada vez menos determinantes, não acompanharam a fluidez e as exigências de um mercado cada dia mais mundializado.

O *toyotismo*, com maior controle de qualidade, através do CCQ – círculos de controle de qualidade - e a introdução do *kanban*, (em japonês cartão ou símbolo), que possibilitou uma maior versatilidade no controle de produção e o princípio da automação das fábricas, inaugurou uma nova fase do sistema de produção industrial. Sequenciando esta nova fase,

surge também o *volvismo*, com uma maior flexibilização funcional, treinamento intensivo e uma internacionalização da produção. Estes modelos emergentes de sistematização da produção na fábrica consolidam uma desregulamentação e uma flexibilização das relações de trabalho e produção, que tornam a lógica funcional anterior do *taylorismo-fordismo* inviável para o novo mercado globalizado, sendo descartados, ou, como acontece muitas vezes nas regiões periféricas, fazendo-se uma mesclagem destas lógicas funcionais para melhor se adequarem às realidades locais.

Porém, não se trata apenas da mudança de um modelo de produção industrial. Estas transformações nas fábricas desencadearam mudanças em praticamente todos os setores da sociedade globalizada. Para o estudo que se propõem aqui, que é entender os impactos provocados pela expansão das transnacionais e o papel das instituições públicas em Catalão-GO, é importante também analisar as transformações no papel dos Estados para se adequar a esta nova lógica do capital.

O Estado e suas instituições públicas possuem um papel fundamental diante deste contexto. Mas, a qual modelo de Estado se está referindo? Logicamente, a percepção da representatividade e dos grupos de interesses a que o Estado está ligado é fundamental para se fazer esta leitura da dinâmica do desenvolvimento industrial. Existe uma clara percepção de que o Estado liberal e seus princípios que legitimam a apropriação da natureza e estabelece a relação sociedade-natureza baseada no mercado, não conseguem dar soluções estruturais a este modelo de sociedade consumista, emergente deste último estágio da globalização. É necessário pensar em um novo modelo de Estado. Não se trata de dismantelar o Estado Capitalista por uma revolução, como pregavam alguns marxistas. E nem tão pouco a utopia de uma sociedade sem Estado, como apregoavam os anarquistas, pois, ainda não chegamos a este nível de conscientização da auto-gestão. Mas sim, um novo modelo de Estado que deve romper com algumas ideias legadas de um Estado que sempre esteve a serviço de um pequeno grupo que possui o capital e adotou como único critério de desenvolvimento o viés econômico. A ideia de que o mercado deve regulamentar todos os conflitos sócio-ambientais e de que a tecnologia dará soluções a todos estes problemas, como defendem os neoliberais, nada mais é que uma tentativa de prolongar o processo de espoliação dos recursos da terra. Portanto, se se quer um novo modelo de Estado comprometido com o equilíbrio sócio-ambiental deve-se construí-lo a partir do que já é possível.

Desta feita, é necessário que as instituições que pertençam ao Estado brasileiro elaborem modelos de gestão e administração capazes de inserir elementos que, embora sejam de fundamental importância, foram pouco considerados nos planejamentos das ações

governamentais. Fomentar a idéia da administração participativa e buscar políticas públicas realmente exequíveis, já seria um bom começo, pois, com a participação da sociedade diretamente envolvida na gestão pública, o mecanismo de pressão e a regulamentação de políticas públicas de controle e gestão ambiental na indústria seriam mais eficientes. Este pressuposto acima justifica a necessidade de se buscar o resgate histórico da relação Estado, indústria e sociedade, uma vez que todas as ações ambientais institucionalizadas que permeiam a dinâmica do crescimento econômico e industrial estão respaldadas em modelos de Estados que não estão isentos de influências políticas, partidárias e ideológicas.

Historicamente, a consolidação do poder da burguesia industrial sempre esteve ligada à forma com que o Estado conduziu e/ou avaliou as ações diretas do processo produtivo. O Estado do bem estar social, juntamente com o sistema fordista, vigorou nos países de industrialização clássica até finais da década de 1970. Havia, dentro deste contexto, uma nítida sensação de estabilidade econômica e de equilíbrio entre massa de consumo e produção. As sociedades industrializadas, particularmente da Europa Ocidental, entendiam a lógica da mão invisível, ou seja, a do mercado regulando a economia, a partir de um mercado consumidor forte, que alimentava permanentemente a produção industrial. Porém, a possibilidade de uma produção industrial fora destas nações desenvolvidas e com um custo bem menor de produção, torna a manutenção desta massa de consumo forte e com privilégios sociais, cada dia mais difícil de serem mantidas.

Outro fator que também desencadeou a crise do Estado do bem estar social foi a crise econômica provocada pelo fim da paridade dólar-ouro nas transações internacionais. Em 1971, os EUA rompem com o pacto de Bretton Woods, que garantia esta paridade dólar-ouro, que era responsável por certa eficácia na política de regulação estatal. Com o dólar cada dia mais se impondo como moeda universal, as reservas de câmbio e ouro, particularmente das nações europeias, não conseguem manter os privilégios do Estado do bem estar social. A inflação, as crises fiscais e previdenciárias levaram os governantes destes Estados a repensarem este modelo.

Diante deste contexto, EUA e Inglaterra retomaram os princípios liberais clássicos de minimização do Estado em detrimento de um mercado “livre”, capaz de regular a economia. Com uma nova roupagem, o neoliberalismo se tornou a sustentação ideológica capaz de encaixar esta nova ordem global aos interesses do capital que se internacionalizava, suscitando, de vez, a crise do Estado do bem estar social.

Como afirma Silva (2002, p. 36),

Da fábrica às políticas estatais, passando pelo movimento operário, a regulação estava em crise. Os capitalistas precisavam retomar a acumulação sob novas bases. Era preciso destruir as garantias do Estado do Bem Estar Social, ou seja, salários indiretos- saúde, educação, previdência – e as garantias de emprego estável. Introduziu-se dessa maneira, o contrato temporário, e precário de trabalho sem as garantias jurídicas do fordismo como férias, rescisão, dentre outros.

Esta desregulamentação financeira, aliada à flexibilização das relações de trabalho, desencadearam dois fenômenos interessantes para a reorganização do espaço produtivo do capital: o primeiro foi a ampliação do ciclo do capital para além das fronteiras da produção industrial, que possibilitou o financiamento da industrialização em nações até então fora deste circuito. E, o segundo fenômeno, de caráter mais interno, foi a insustentabilidade de algumas regiões pioneiras da indústria, de permanecerem como pólos de radiação industrial. Com a flexibilização das relações de trabalho e a revolução tecno-informacional, algumas regiões tidas como pólos centrais da indústria fordista são chamados agora de *rust belt* (cinturão da ferrugem). O nordeste dos EUA, o vale do Ruhr na Alemanha e Liverpool, na Inglaterra, encontraram grandes dificuldades para a reposição tecnológica de seus parques industriais. Isto, em função da rigidez do capital fixo e dos planejamentos das mudanças das plataformas industriais se darem em prazos muito longos.

Articulando um pouco com a geomorfologia, que fundamenta que a forma de um relevo é resultante do equilíbrio entre agentes endógenos e exógenos, pode-se aqui estender este raciocínio para este movimento da reprodução do capital. Ou seja, estas crises institucionais e do modelo de produção fordista, próprias e internas aos países pioneiros na industrialização, ecoaram e impactaram em todas as nações periféricas. Com um olhar mais atento, talvez esta analogia com a geomorfologia não seja válida em função da palavra equilíbrio.

Diante deste pressuposto, para qualquer lugar que se propuser como objeto de estudo, faz-se necessário o entendimento deste processo de expansão do capital para além de novas fronteiras. No caso específico do tema que esta pesquisa intenciona abordar, que é o avanço das transnacionais na cidade de Catalão-GO e a articulação das instituições públicas e seus desdobramentos, a leitura deste movimento é fundamental. É necessária uma análise capaz de entender a forma em que as instituições públicas se mesclam e respondem ao processo de industrialização. É o entendimento deste movimento que irá permitir justificar, com maior respaldo jurídico e institucional, os impactos gerados pela territorialização deste lugar.

O Brasil atualmente desponta na economia mundial como um dos principais países emergentes, e, conseqüentemente, sofre com maior intensidade este processo de expansão do capital e seus desdobramentos em todo seu território. A elevação do PIB brasileiro e a inserção de uma grande massa da população brasileira no mercado de consumo são alguns fatos que comprovam isto.

Paralelo a esta crise do paradigma de produção industrial internacional, o Brasil adota medidas neoliberais que preparam o campo para a penetração das transnacionais. Inicialmente, foi a abertura do mercado (particularmente o setor automotivo), em 1991. Posteriormente, o plano real, orientado pelas metas do FMI, faz ajustes na economia dando a estabilidade e segurança necessária para investimento do capital externo. Com uma forte política de concessões fiscais, o Brasil torna-se atraente aos investidores externos, logo, todo este processo se materializa como uma gigantesca onda de privatização das empresas públicas, que veio acompanhada de uma grande penetração do capital estrangeiro através da instalação de várias transnacionais. Outro fator de atração para o capital externo seria o mercado de consumo em potencial que o Brasil representa.

Abrix (1991) p. 77, argumenta sobre esta nova perspectiva da economia brasileira:

Desde 1994 o Brasil se tornou um dos mais importantes alvos dos investimentos diretos estrangeiros em todo o mundo. A relativa estabilização da economia brasileira, somada a abertura de setores econômicos essenciais, e a consolidação do Mercosul estão na raiz do crescimento dos investimentos diretos externos (IDE), no Brasil, que teve na indústria automobilística um de seus principais receptores.

Esta onda privatizante e neoliberal desencadeia uma transformação na organização do espaço industrial brasileiro. Quase como uma repetição cíclica, o processo de descentralização industrial também ocorreu no Brasil, embora no país não exista o Estado do bem estar social para ser desmantelado, como na Europa Ocidental, esta descentralização por aqui também ocorreu. Contudo, ela está ligada a outros fatores específicos, quais sejam, a deseconomia provocada pela aglomeração industrial na região sudeste e a briga fiscal que os Estados travam com intuito de atraírem estas empresas.

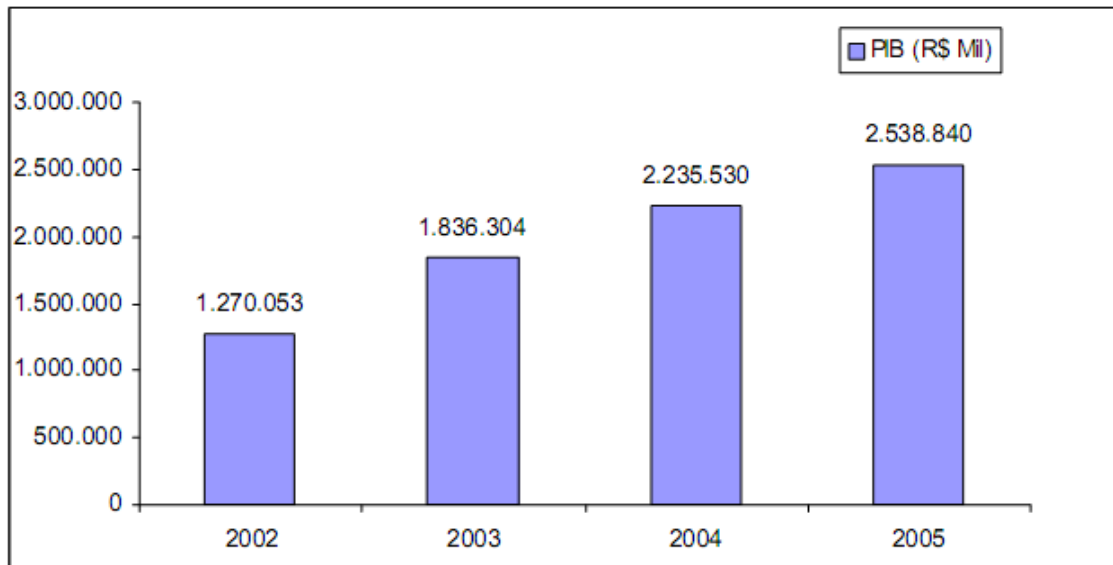
A região Sudeste do Brasil, nos últimos anos, vem apresentando uma saturação econômica e industrial provocada pela aglomeração industrial. A aglomeração industrial que, a princípio, representa um fator positivo para a instalação de novas empresas, tem demonstrado que este circuito acaba se esgotando quando há uma saturação de todos os elementos que compõem uma área industrial. Logística cara, especulação imobiliária,

legislação ambiental rígida e classe trabalhadora sindicalizada, fazem parte desta saturação causada pela aglomeração industrial. Estes fatores encarecem a produção e representa uma deseconomia, comprometendo a lógica da mais valia.

Paralelo a este processo, as federações dos estados brasileiros travam uma verdadeira batalha dos lugares, com programas agressivos de atração e instalação de indústrias em seu território. Fornecimento de terrenos, instalação de infra-estrutura e, principalmente, isenção fiscal fazem parte destes programas de incentivo às indústrias. Paraná, Bahia e Goiás são exemplos de estados que adotaram esta política mais agressiva de incentivo à industrialização. Em Goiás, esta política foi iniciada com o programa Fomentar, em 1999, e seguida pelo programa Produzir que, ainda hoje, é o programa de incentivo fiscal do governo do estado de Goiás. Segundo a agência de fomento de Goiás S/A, o Goiásfomento:

Foi autorizada sua criação pela Lei Estadual de nº 13.533, de 15 de outubro de 1.999, com o objetivo social de contribuir para a aceleração do desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a criação de emprego e renda, a modernização das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Diante deste contexto favorável à expansão do capital nacional e internacional, aliados a alguns fatores locais favoráveis, a cidade de Catalão experimenta um processo de crescimento econômico-industrial em uma proporção muito superior a praticamente todos os municípios goianos. Um crescimento que superou os 600%. Este foi o aumento registrado no Produto Interno Bruto (PIB) de Catalão entre 1999 e 2008. Os números, fornecidos pela prefeitura da cidade, são o reflexo de um desenvolvimento econômico acima da média do Brasil, que já apresentava índices altos de crescimento. No mesmo período, o PIB brasileiro cresceu cerca de 240%, enquanto o de Goiás ficou em torno dos 320%. Em números absolutos, isso significa dizer que o PIB de Catalão-GO subiu de R\$ 408,4 milhões para R\$ 3,348 bilhões, enquanto o PIB brasileiro pulou de R\$ 960,8 milhões para R\$ 2,322 trilhões. O resultado é que Catalão hoje, com apenas 85 mil habitantes, tem a sexta maior economia do Centro-Oeste e a terceira do estado de Goiás. Estes números se devem (pelo ponto de vista desenvolvimentista) a um conjunto de fatores positivos que ocorrem neste período dos últimos dez anos da história da cidade de Catalão-GO.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Município de Catalão – 2002/05

Fonte: Seplan-GO/Sepin – Gerência de Contas Regionais

A princípio, a cidade já contava com alguns fatores locais que permitiram certa diversificação e estabilidade de sua economia. O fato de a cidade possuir uma boa diversidade de setores econômicos, como pecuária, agronegócio e agricultura de pequena propriedade, serviços educacionais e de saúde, mineração e comércio, permitiu certa estabilidade econômica ao longo de várias crises pelas quais o país passou. Particularmente no final da década de oitenta e início dos anos noventa. Estes fatores levam o estado de Goiás e, em especial, a cidade de Catalão à uma via de contra mão da crise da década perdida, que a economia brasileira enfrentou nos anos oitenta e início de noventa. A economia diversificada, aliada à localização geográfica da cidade de Catalão-GO, permitiu que, quando um setor econômico nacional ou local entrasse em crise, a cidade tivesse outros setores que não permitiriam uma falência total, como ocorreu em vários municípios goianos (Ipameri, por exemplo, que baseava sua economia única e exclusivamente no setor da agropecuária).

Outro fator interessante do ponto de vista da logística do comércio nacional e sul americano é a localização geográfica do município. Catalão encontra-se próxima às confluências das principais vias de acessos (rodoviário e ferroviário) às metrópoles regionais e nacionais do país. Além disso, o fato de Catalão-GO ser um município centralizado no cone sul da América Latina, que no início da década de noventa levantava debates por causa do MERCOSUL, também influenciou na decisão de algumas empresas de se instalarem no seu município.

Outro fator locacional que existia antes deste “boom” econômico foi a extração de minério realizada no município. Iniciada na década de oitenta, as três empresas que exploram o minério em Catalão-GO não só contribuíram com a geração de emprego e renda da cidade, ao longo destes trinta anos, como também fizeram parte deste vigoroso crescimento dos últimos vinte anos com o seu processo de verticalização de sua produção.

Catalão foi reconhecido pela expedição Cruls 1892 como um município repleto dos mais variados tipos de minérios, sendo que o diamante, em particular, é explorado no município desde o início do século XIX. Além de terem sido encontrados em Catalão alguns dos maiores e mais preciosos diamantes do Brasil, o município possui ainda algumas das maiores jazidas minerais do Estado de Goiás, com depósitos de Argila, Argila Refratária (Caulim), Brita (Basalto), Fosfato, Nióbio, Titânio, Turfa, Vermiculita, Urânio, Tório, Estrôncio e **terras raras** (Lantânio, Cério, Praseodímio, Neodímio, Samário, Európio, Gadolínio, Érbio, Ítrio, Itérbio, Lutécio e Tébrio).· Todavia, apenas alguns desses minérios são explorados, como é o caso do nióbio (explorado pela Anglo American - Mineração Catalão), do fosfato (explorado e industrializado pela Fosfértil e Anglo American - Copebrás) e das argilas, exploradas por várias companhias cerâmistas instaladas no município. Os demais minérios identificados já estão com seus depósitos registrados para as mais diversas companhias, como é o caso do titânio, registrado pela Companhia Vale do Rio Doce. De toda forma, as jazidas são abundantes e deve representar futuramente um importantes potencial econômico a ser explorado.

Nos últimos quinze anos, a Anglo América - Copebrás e Fosfertil - verticalizarão a produção do fosfato, deixando de ser apenas uma processo de extração da rocha fosfática (apatita), para se transformar em um complexo processo de produção de adubos, pronto para o mercado. Esta verticalização logicamente traz grandes divisas para o município, no entanto, também coloca a população em alerta, uma vez que esta verticalização envolve um complexo e perigoso processo químico na transformação da rocha apatita em adubo fosfatado. Elementos como amônia, ácido sulfúrico, enxôfre, ácido fosfatado e gêsso são elementos utilizados cotidianamente neste processo de industrialização. Acrescenta-se, ainda, a empresa de minério - Mineração Catalão - que é responsável pela extração do Nióbio e possui outros minérios, como o Urânio, Tório, Terras Raras, entre outros, que, além de serem altamente radioativos, representam um grande potencial econômico para o município a serem explorados no futuro, projetando a citação do nome da cidade de Catalão em escala internacional. Como no caso da governo americano que, através do Pentágono, cita a cidade de Catalão (TV Globo- Pirapitinga 14/01/2011) como estratégica para segurança e economia

dos norte-americanos, por causa do nióbio que só é encontrado para a exploração viável em três minas no mundo: Canadá, Araxá (MG) e Catalão (GO) que representa 15% da produção nacional deste minério. Este minério, além de ser uma resistente liga é bastante utilizado em usinas nucleares em várias outras aplicações.

Este fato gerou, e ainda desperta uma série de discussões e especulações a respeito dos efeitos deste processo de industrialização. Estas preocupações se destacam principalmente sobre os elementos particulados emitidos na atmosfera pelas empresas, gerando, inclusive, uma especulação a respeito da relação do alto índice de câncer registrado no município com esta emissão de elementos particulados.

Imagem 01: Fosfertil – Leider Lincon Só, 2007.



Imagem 02–Vista aérea: Terminal Rodo-Ferroviário da Copebrás- I. M. Ferreira, 2008



Imagem 03: Nióbio – Mineração Catalão, 2010.



Outra empresa responsável pelo grande avanço do PIB do município de Catalão foi a implantação da montadora de automóvel Mitsubishi Motors do Brasil Em 1990. Esta empresa representa hoje por quase a metade do PIB do município de Catalão. Do ponto de vista financeiro ela é responsável por uma radical transformação em todos os índices econômico em Catalão e com grande influencia também nos números do Estado de Goiás. Boa parte das transformações ocorridas no espaço urbano da cidade de forma direta e principalmente indireta tem influência com a instalação desta indústria no município. Não se trata apenas da geração de emprego e a geração de divisas para o município, há um universo de fatores que devem ser somados a este aspecto. A notoriedade que o município alcança em escala nacional com o nome Mitsubishi tem despertado interesses de novos empreendedores e novas empresas de várias partes do país. Com a perspectiva de um boom econômico, pequenos e médios empresários locais investem e incrementam os seus negócios. A demanda de logística e de serviços aumenta radicalmente a migração de trabalhadores oriundos de várias partes do Brasil e também é responsável por uma migração pendular de trabalhadores das cidades próximas. A respeito da história da empresa e da perspectiva que ela segue o site da empresa www.mitsubishimotors.com.br (2010) publica:

A Mitsubishi Motors do Brasil completou 20 anos. Uma história que começou com ousadia, característica daqueles que possuem o espírito 4x4. Após conseguir a licença para importar os veículos da Mitsubishi japonesa... ao longo desses 20 anos, muitas novidades aconteceram: os veículos passaram a ser produzidos no Brasil... Além disso, diversas outras competições que envolvem a superação de obstáculos passaram a contar com o apoio da Mitsubishi Motors do Brasil. Para 2011, a expectativa é que a inovação e a superação de novos desafios continuem como marca da empresa. Uma demonstração desse espírito é o lançamento do crossover Mitsubishi ASX, uma nova espécie de 4x4, o 4x4 urbano.

... O negócio começou aos 8 de outubro de 1991. Naquela noite, estourou-se um barril de saquê, o Japão mandou executivos e um mimo, uma bonequinha alusiva à ocasião. Hoje no corredor de acesso à sala de reunião do Conselho da Mitsubishi Motors do Brasil, é sinal do quanto se pode crescer com foco e crença. Nunca na história deste país uma bonequinha testemunhou a venda de mais de 200.000 veículos

Imagem 04–Vista aérea de Mitsubishi Motors do Brasil-Catalão(GO)–www.odiário.com 2010



Diante destes fatos e da dimensão econômica que esta empresa representa, é evidente que a Mitsubishi Motors do Brasil não deve ficar de fora dos estudos que se buscam nesta pesquisa. Embora a Mitsubishi Motors do Brasil não seja tão questionada a respeito das questões ambientais do município, ela é responsável por boa parte das transformações ocorridas no espaço urbano da cidade, uma vez que representa grande fonte do capital responsável por este fenômeno. E, por isso, ela deve ser também objeto de análise deste estudo das transformações ocorridas na cidade de Catalão.

Obviamente, esta territorialização do capital em diferentes lugares pelas empresas transnacionais gera situações de conflitos em vários aspectos para as sociedades atingidas por esta expansão do capital. Cada vez mais as nações periféricas apresentam crescimento econômico e elevação de seu PIB (Produto Interno Bruto), este crescimento econômico a princípio abre uma expectativa positiva em praticamente todos os setores que compõem a sociedade. Sobre esta perspectiva de crescimento econômico e qualidade de vida a partir da industrialização, Gorender (1999, p. 101) justifica que,

Esse período foi mal interpretado pelos marxistas. Para ele, o fordismo-keynesinismo gerou um jogo de somas positivas em que burguesia e

proletariado ganharam com altas taxas de crescimento, emprego e salários indiretos (educação, saúde, previdência). Parte daí a tese do autor segundo a qual a social democracia não é apenas fraqueza e revisionismo do operariado, mas ganhos reais na qualidade de vida.

Porém, esta situação acaba sendo um pouco contraditória, pois é exatamente este crescimento tão exaltado por todos, que coloca o discurso de qualidade de vida em “xeque”, haja vista que, como se sabe, toda transformação do espaço industrial ou não, vem acompanhada de algum tipo de degradação ou modificação, que, de certa forma, pode colocar em risco o equilíbrio sócio-ambiental e cultural do lugar que é impactado. Empiricamente, há uma constatação por parte da sociedade “modernizada” de que o crescimento industrial e econômico da cidade e de seu país não resolve todos os problemas já existentes e ainda é responsável pelo surgimento de novas situações problemas inerente a este processo. Esta contradição entre prosperidade econômica e qualidade de vida ou viver bem torna se um grande divisor de água nas discussões que permeiam os debates da geografia e também da ciência em geral.

É este caminho que a investigação da pesquisa pretende trilhar. Ou seja, como a população de Catalão-GO tem a percepção deste embate entre crescimento econômico e qualidade de vida e qual o papel das instituições públicas (eleitas para o estudo) nesta percepção. É importante ressaltar que o foco de qualidade de vida aqui proposto estará diretamente relacionado à questão ambiental.

Nos últimos vinte anos, a sociedade civil e as instituições públicas têm tentado dar uma resposta a este fenômeno de crescimento, que muitas vezes ocorre de formas degradantes e desordenadas. No caso específico de Catalão, isso pode ser notado através de várias lutas e denúncias por ambientalistas, a criação do CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), a elaboração do Plano Diretor, atuação do Ministério público, entre outros. São exemplos que demonstram que a sociedade catalana não está alienada a este processo, principalmente, quando o tema é meio ambiente. Neste caso, empresas, população e ambientalistas discutem os prováveis impactos que o crescimento pode trazer à cidade e sua população.

Diante deste pressuposto, faz-se necessário um levantamento destes discursos e uma análise sistêmica das instituições públicas diretamente envolvidas nestas discussões, a fim de se desvendar os reais interesses destes e como eles estão em sintonia com suas práticas.

Uma análise de cada segmento propiciará várias interpretações do problema. Assim, será possível conferir a legalidade e coerência de cada argumentação, e, diante desta

legalidade, perceber como a população tem consciência desta e como as empresas devem se adequar a ela. Investigar o papel destas instituições é importante, pois é através do entendimento sobre seu papel que será possível perceber em que lógica política, jurídica e científica este processo de crescimento da cidade de Catalão-GO acontece. E, assim, desenvolver ações para amenizar os impactos que serão provocados com a expansão do processo de industrialização.

Como já foi citado anteriormente, este estudo consiste em uma tentativa de interpretar coletivas tendências de ideias e de que forma as instituições públicas se mesclam neste processo. E, para este exercício, é necessário buscar entender os fenômenos de agressão ambiental que ocorrem no município, porém, com o intuito de extrair as discussões e os discursos pertinentes aos fatores de agressão ambiental provocados por eles e como as instituições públicas interferem na legitimação ou refutação destes discursos.

O aprofundamento da discussão sobre o papel das instituições nestes embates torna-se fundamental na medida em que o processo de agressão em uma região em amplo processo de industrialização se torna tão rápido que às vezes não dá tempo de um levantamento técnico e sistemático do fenômeno de agressão. Diante disso, os debates funcionam como mecanismo de pressão para que ações institucionais sejam tomadas antes mesmo que ocorra o real impacto.

Cabe ainda, dentro deste contexto, uma problematização geográfica no tocante às categorias de análise de território e lugar, ou seja, o embate gerado pela expansão industrial ditada pelo modo de produção capitalista que, ao se apropriar do território, ameaça e atropela valores, culturas e a identidade da população do lugar. Obviamente, este problema se estende para toda a população impactada pela industrialização que vive o grande dilema de aceitar o novo sem perder sua identidade. Diferentemente do que afirmava Hartshorne (sd, p.252), “a ciência deve proceder do particular para o geral”.

Para se chegar ao entendimento dos impactos produzidos na Cidade de Catalão – GO por esta mundialização do processo produtivo industrial é preciso empreender uma análise dialética entre o particular e o geral, explicitando a forma com que estes se relacionam, porém, sem estabelecer a rigidez de um esquema universal que certamente não daria conta de interpretar os conflitos e o sentimento que a população tem com relação a estes impactos decorrentes do processo de industrialização. Diante disso, esta pesquisa, embora utilizando uma metodologia quantitativa, como o uso de dados que estão postos pelas instituições, deve-se pautar predominantemente em uma metodologia qualitativa, pois se propõe a analisar as intenções e os efeitos destes dados para a população de Catalão-GO.

2. MODERNIDADE E PENSAMENTO GEOGRÁFICO

2.1. Desafios metodológicos da Ciência Geográfica

O mundo contemporâneo passa por um fenômeno de trocas comerciais entre nações de uma intensidade nunca experimentada até hoje. Embora a relação de trocas entre nações tenha sido inaugurada na expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, hoje ela é infinitamente mais intensa e conseqüentemente apresenta impactos muito mais rápidos e profundos em todo o cenário que este fenômeno acontece.

A busca do entendimento deste fenômeno remonta toda uma discussão a respeito deste modelo de globalização pautado no consumo e as contradições inerentes a este processo, o que traz desafios metodológicos e paradigmáticos para a ciência em geral e, particularmente, para a ciência geográfica. Cabe à geografia, neste contexto, fazer uma leitura dos movimentos que permeiam este processo. No entanto, estes movimentos determinados pela lógica do capital são recheados de contradições e subjetividades. Por isso, a própria ciência geográfica deve repensar seu paradigma de ciência e buscar a inserção de elementos que transcendam a racionalidade científica a fim de interpretar estas subjetividades.

Nesta etapa da pesquisa, o texto discorre sobre a trajetória e os desafios da ciência, em particular a geográfica, nos grandes projetos da Modernidade, enfocando a abertura econômica do Brasil e a vinda das transnacionais para Catalão – GO, e, nesse contexto, o papel das instituições públicas no processo de industrialização e seus desdobramentos, procurando, dessa forma, alcançar posteriormente, em capítulos seguintes, o principal objetivo que se almeja com a pesquisa, que é compreender os discursos ambientais e as práticas sociais a partir da análise da atuação de três instituições públicas no município de Catalão (GO): a Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, curso de Geografia, Ministério Público e Prefeitura Municipal. No entanto, esta discussão dos impactos sócio-ambientais locais não se faz entender na íntegra se não buscarmos os processos estruturais e mundiais que desencadearam toda esta re-organização do espaço produtivo mundial.

A Geografia é uma ciência que construiu um papel de destaque no cenário moderno. Ela tem como tarefa interpretar espacialmente os fenômenos e, para tanto, é fundamental compreender o corpo de teorias que a compõe, bem como os métodos, metodologias e procedimentos que a sustentam. O debate da modernidade e as discussões sobre a pós-modernidade permeiam as ciências em geral, e também a Geografia, reformulando teorias, métodos e procedimentos que avançam para a construção do conhecimento científico.

Esta abordagem filosófica inicial tem como base as discussões e contribuições feitas em disciplinas do Curso de Mestrado em Geografia do Campus de Catalão/GO durante os debates. Em particular, as disciplinas que têm como objetivo compreender a trajetória da ciência e seus desdobramentos na geografia, no caminho de construção do seu corpo científico e compreender os métodos, teorias e procedimentos que foram sendo formulados ao longo do tempo dentro da geografia e que são importantes para o entendimento da complexa e plural realidade atual. Consequentemente, estas discussões devem compor parte do corpo desta dissertação de mestrado, uma vez que darão uma sustentação teórica que levará a uma reflexão capaz de fazer uma leitura sobre a expansão do capital via transnacional e seus desdobramentos nos lugares que foram objetos desta expansão.

A Geografia, enquanto ciência, tem como papel fundamental interpretar espacialmente a realidade. Para tal, ela se depara com dois grandes desafios: o primeiro consiste neste próprio desafio de fazer uma leitura do mundo, a partir do olhar científico, com métodos rígidos e universais em um mundo extremamente plural. E, o segundo, seria em como fazer esta leitura carregada de subjetividades sem perder sua identidade enquanto ciência. É na busca pelo conhecimento, pelo entendimento da realidade, que a Geografia tem construído seu corpo teórico, formulando métodos e metodologias de pesquisa, que conferem papel de destaque para esta ciência na modernidade.

Um grande desafio para a Geografia é desenvolver uma metodologia capaz de interpretar a relação complexa do *homem-território* produzida hoje pelas relações capitalistas de produção. Porém, nestas contradições do mundo globalizado, esta tarefa torna-se mais árdua na medida em que a sociedade clama cada vez mais pela legitimação da identidade do lugar, ao mesmo tempo em que não quer abrir mão das conquistas materiais alcançadas com a ciência moderna. Como reforça Santos (2001, p.), “O centro do mundo esta em todo lugar, o mundo é o que se vê de onde se está”.

Concordamos com a teoria do autor de que a globalização reforça o papel dos lugares. Portanto, mais importante que entender a economia global, a política internacional e as categorias que as estudam, é entender como a sociedade pode estar inserida nesta dinâmica sem perder sua identidade e sua sobrevivência digna.

O outro grande desafio é compreender como a Geografia se embrenha nesta tarefa sem perder sua identidade enquanto ciência. Para fazer uma leitura do lugar, e entender as subjetividades contidas nele, a Geografia terá que utilizar saberes não científicos, como a arte, a teologia, a relação histórica do sujeito com o meio e a cultura, elementos estes que são essenciais na identificação da cultura de um povo ou de um lugar. Ao que tudo indica, esta

leitura só será possível se a Geografia positivista e/ou radical abrir mão do método rígido, legado da ciência moderna que, paradoxalmente, sustenta o paradigma da Geografia enquanto ciência. Segundo Gomes (1996, p. 303): “A Geografia abandonou o projeto de construir, por intermédio do marxismo, uma ciência total (...) não existe mais a crença em uma via única que será aquela da verdadeira geografia, e se reconhece a importância e riqueza de outras condutas possíveis para a geografia.”

O mundo “pós-moderno” parece explicitar situações e fenômenos que desafiam a Geografia enquanto ciência que ainda se baseia em métodos fragmentados rígidos e universais do positivismo. Assim como o Renascimento buscava a razão do mundo grego clássico, para negar a mentalidade teocêntrica do mundo feudal, o mundo pós-moderno parece indicar a ressurgência da pluralidade para uma nova geografia. A Geografia, para dar conta destes movimentos da sociedade global e atual, deve buscar inserir em sua epistemologia, uma pluralidade que sempre fez parte da Geografia do período clássico até o advento da modernidade.

Segundo Gomes (1996, p. 80), “a Geografia era ainda muito ligada às narrativas de viagens e não possuía, portanto um corpo de interpretação individualizado, capaz de lhe dar uma clara identidade.” Ao sistematizar-se enquanto ciência no mundo moderno, ela, gradativamente, abandona o senso comum e suas múltiplas subjetividades. Porém, para realizar uma leitura deste novo mundo recheado de conflitos provocado pela expansão da indústria, a Geografia, ao que tudo indica, deve ser capaz de inserir em suas análises: elementos instintivos, subjetivos e empíricos que extrapolam a racionalidade imposta até então pelas geografias positivistas. Para Gomes (1996),

O século XIX é o momento onde tudo se transforma em marcha histórica progressiva. Era como se a ciência, depois da agitação causada pela filosofia no século precedente, tivesse reencontrado seu lugar definitivo: a acumulação e a ampliação do conhecimento científico eram agora o objetivo principal, este foi o século do positivismo (...) o positivismo é sem dúvida o herdeiro da ciência do século das luzes (GOMES, 1996, p. 85).

Este não é, portanto, um debate somente da Geografia, mas sim, de várias correntes epistemológicas das ciências. As crises materiais e imateriais alcançadas com a expansão do modelo de produção capitalista levam ao questionamento da razão de ser deste modelo, que a cada dia demonstra mais a sua insustentabilidade. O aquecimento global, intensificado pelo avanço do consumo por parte da sociedade do planeta, demonstra esta insustentabilidade do ponto de vista ambiental. Assim como a automação e a robótica que, através da revolução técnico-científica, com o desemprego estrutural, lança milhões de pessoas à marginalização

deste processo produtivo. Estes fatos explicitam a insustentabilidade econômica e social deste modelo.

É necessário rever os caminhos que a ciência trilhou para legitimar esta ordem do capitalismo. Não é possível pensar um mundo onde há uma idolatria ao consumo e um entorpecimento à percepção de seus efeitos em todos os aspectos do planeta. Como afirma Santos (1999), o consumo é o grande fundamentalismo este sim que é o grande fundamentalismo. Homogeneizar uma sociedade global pautada em um modelo de consumo, sem respeitar as reais necessidades desta sociedade e nem mensurar a sustentabilidade dos recursos da natureza que sustenta este consumismo, significa um etnocídio às múltiplas culturas que compõem este mosaico da sociedade humana. Souza Santos (2008), em sua obra *Um discurso sobre a ciência*, já nos alertava sobre este impasse da ciência moderna

[...] a chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. Trata-se da prudência perante um mundo que, apesar de domesticado, nos mostra cada dia a precariedade do sentido da nossa vida por mais segura que esteja ao nível da sobrevivência (SANTOS, 2008, p. 86).

Há a constatação de que a ciência moderna não consegue dar respostas às subjetividades geradas das particularidades deste mundo global. A fragmentação do saber se torna cada dia mais ineficaz para explicar um mundo que cada dia se torna mais complexo e interligado. Faz-se necessário um novo paradigma de ciência. Uma ciência capaz de extrapolar a “racionalidade positivista” dos sujeitos e dos objetos da ciência moderna. Para isso, obviamente, *o método rígido* e baseado em princípios matemáticos do paradigma dominante, deveria ser revisto em seu estado de relevância. Para Boaventura Santos (2008, p89.): “há uma revolução inevitável e irreversível na forma de entender e interagir com o mundo atual.”

Existe uma multiplicidade de saberes e conhecimentos que são de extrema relevância para o entendimento dos fenômenos naturais e sociais que a humanidade vivencia. Este fenômeno é natural e processual, ou seja, ele não deriva de uma proposta de mudança da sociedade ou da forma desta pensar o seu mundo, mas sim, é resultante da complexidade inerente à evolução (particularmente tecnológica e material) que a sociedade atual alcançou.

Sobreviver já não é mais o principal objetivo de grande parte da sociedade atual, pois, embora os recursos e alimentos ainda se mantenham mal distribuídos, e a fome ainda persiste, a humanidade parece ter encontrado solução tecnológica e intelectual para resolver a ameaça da fome, que, ao longo da existência da humanidade, sempre se constituiu em uma ameaça

para a sobrevivência do homem. Ao que tudo indica, estes aspectos são muito mais de ordem política e de distribuição de renda do que propriamente de uma ineficácia do processo produtivo de alimentos.

A revolução tecno-científica deu ao homem certa independência material. A fome e as catástrofes ainda existem, mas parece não ser mais o terror que ameaça a sobrevivência da humanidade. Hoje, sem dúvida, é muito mais assustador o sentimento de buscar o sentido desta racionalidade. Vivemos um mundo de coisas que nos anulam como seres, pois, na busca de um mundo provido de conforto material, gradativamente atropelamos valores que nos identificam como seres sociais e humanos.

O mundo racional, mensurável e rígido que emergiu da idade moderna se apresenta como a “luz” de um novo mundo que negaria a idade da escuridão. Era a solução para retirar o homem de um mundo metafísico, teológico e mágico e levá-lo para o mundo da razão e da eficiência. Porém, as contradições que este processo desencadeou ao longo dos três últimos séculos trazem uma reflexão do ser humano e sua existência neste contexto.

Resgatando um pouco a construção histórico-cultural do homem, percebe-se que a garantia de sua sobrevivência, e depois o seu domínio enquanto espécie, deu-se pela sua capacidade de transcender os obstáculos que a luta por esta sobrevivência lhe impôs. Esta transcendência não está ligada à razão, mas sim, à imaginação, ao lúdico, à intuição. Estes elementos são inatos da raça humana, pois foram incorporados como mecanismo de sobrevivência. Por isso, as mudanças radicais e profundas que a globalização traz, tentando homogeneizar as sociedades periféricas, são difíceis de adaptar, pois representam a negação de toda uma identidade construída por séculos.

A revolução científica possibilitou para muitos a preocupação não apenas com o viver, mas sim, com o viver melhor. Entretanto, viver melhor é muito subjetivo. Não se mensura satisfação, felicidade, pertencimento, identidade, porém, estas virtudes se tornaram paradoxais, na medida em que, para se chegar à arte do bem viver, muitas vezes teríamos que renunciar o que nos propiciou a chegarmos a este estado de escolha. Ou seja, a ciência moderna e o que ela representa. Assim, como afirma Boaventura Santos (2008, p. 101): “A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobrevivência, mas, como de saber viver.”

Este paradigma dominante da ciência moderna praticamente se consolidou no século XVIII, nos movimentos ideológicos iluministas e “libertários” da Revolução Francesa, aliado à sistematização do processo produtivo ocorrida pioneiramente na Inglaterra, com o advento

da Revolução Industrial. Nesse contexto, emergia uma nova visão de mundo capaz de responder e consolidar esta nova dinâmica da sociedade pré-industrial e pós-feudal. No início do século XX, as contradições geradas pelo embate entre a teoria quântica de Niels Bohr e a relatividade de A. Einstein explicitaram a necessidade de um repensar sobre o modelo pragmático, quantitativo e rígido decorrentes do positivismo que sustenta a forma de ciência dominante oriunda de uma classe social que se instituiu como hegemônica. Cada dia mais se constata que estes métodos legados da matemática, da física e da biologia, não dão conta de responder e não podem ser parâmetros para explicar a sociedade humana. Este fato, com o advento da globalização e suas contradições sócio-ambientais, tem se tornado cada dia mais evidente.

Consequentemente, essas discussões apontavam para a necessidade de um novo paradigma emergente. Quantificar, mensurar e individualizar não explica a relatividade que transcende as redes de relações da humanidade. O avanço do modo de produção capitalista para além das fronteiras tradicionais e centrais da indústria intensificou, radicalmente, estas contradições da ciência positivista. As transformações do espaço territorializado pelas empresas transnacionais, o movimento e os conflitos que surgem decorrentes deste processo, impulsionam a humanidade a repensar este modelo de desenvolvimento e aponta para a necessidade de se fazer uma nova leitura do mundo contemporâneo. Segundo Santos (1997) 87.

Devemos considerar a existência de pelo menos três mundos em um só. Primeiro seria o mundo tal como os fazem vê-lo. A globalização como Fábula. O segundo, seria o mundo tal como ele é, a globalização como perversidade e o terceiro, o mundo como ele pode ser, uma outra globalização.

Ideias positivistas que justifiquem a exploração da natureza a qualquer custo, separando o homem da natureza e entendidas como inquestionáveis para o progresso da humanidade, não cabem mais neste mundo moderno ou pós-moderno como queriam alguns. Cada dia mais, mesmo que alguns não queiram, a humanidade é impulsionada a pensar a relação homem-natureza em conjunto e não como algo fragmentado e desintegrado.

Logicamente, esta constatação não se limita somente à produção material e econômica oriunda desta relação homem-natureza, há um universo de valores culturais, étnicos, religiosos, que estão inseridos neste processo, e são de extrema relevância para o entendimento desta relação. Daí a grande dificuldade da ciência, particularmente a ciência geográfica positivista e marxista, de entender este novo paradigma da humanidade, pois estes

valores não se mensuram a partir da racionalidade imposta pela ciência positivista. Isto, porque estes valores são antropológicos e fazem parte da construção do sujeito homem em um sujeito social e que, portanto, antecedem qualquer tipo de regras impostas aos grupos sociais. Para Leff (2006) é necessária a construção de uma nova racionalidade, ou seja, uma racionalidade ambiental capaz de socializar a natureza.

A racionalidade ambiental leva a repensar a produção a partir das potencialidades ecológicas da natureza e das significações e sentidos atribuídos a natureza pela cultura, além dos princípios da qualidade total e da “tecnologia limpa” da nova ecoindústria, assim como da qualidade de vida da “soberania do consumo”. A racionalidade ambiental que daí emerge se distancia de uma concepção conservadora e produtivista da natureza para converter-se em uma estratégia para a re apropriação social da natureza, baseada na valorização da cultura, econômica e tecnológica dos bens e serviços ambientais da natureza. A racionalidade ambiental desemboca em uma política do ser, da diversidade e da diferença que reformula o valor da natureza e o sentido da produção (LEFF, 2006, p.69).

A tentativa de quantificação do conhecimento e a redução da complexidade da sociedade propiciada pela matemática, não se sustenta mais nestas contradições do capital. Pela ótica positivista, quantificar a natureza é parte do processo de apropriar-se da mesma e que métodos mais rígidos e leis naturais podem se aplicar à dinâmica social, citando como exemplo os pensamentos de *Vico, Bacon e Montesquieu*. No entanto, esta forma racional do entendimento da relação homem e natureza não dão conta de responder às “rugosidades” geradas pelas próprias contradições que vão surgindo, à medida que o capital tenta se impor a diferentes culturas. Para Clausewitz, (1993):

[...] hoje o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isto todo conhecimento científico é autoconhecimento (...). A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há se quer qualquer razão científica para considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião e da poesia (...) é um juízo de valor (...) a ciência é assim autobiográfica (CLAUSEWITZ, 1993, p.83).

Assim como o homem do período moderno, no pulsar do Renascimento, vivia em conflito entre o pecar (moderno) e o rezar (medieval), nós, no mundo “pós-moderno”, vivemos uma crise existencial: ter ou ser. Estas duas palavrinhas vão além da ciência e englobam a existência. E, existir, é negar e se afirmar posteriormente como outra pessoa. Lançar mão daquilo que sempre tivemos como caminho certo não é tão difícil. Difícil, é saber para onde queremos caminhar.

Mais uma vez, a humanidade se vê no meio das incertezas e inseguranças que a transição da história lhe propicia. E o pior é que agora não temos como contar com as respostas “certas” que a ciência moderna sempre nos deu, pois, a certeza também é uma subjetividade. É inato do humano o medo do desconhecido, porém, só o mundo lúdico, imaginário e questionador, imensurável da filosofia, da arte, do senso comum, pode nos libertar destes medos e levar o homem a uma de suas outras virtudes inatas, que é a de transcender a razão. Como diz Soros em sua obra *A crise do capitalismo* (1998): “Se você quer compaixão, cuidado, reverência, colaboração, amor, não vá para o mercado, por que você errou de endereço”.

As transformações geradas pela expansão das transnacionais como último estágio do projeto da modernidade, levaram a tantos choques e conflitos de ordem social, ambiental e econômica, que se transformaram em problemas que são pertinentes a todas as áreas da ciência em geral e também da ciência geográfica. Estas situações problemas são gerais em alguns aspectos, como o desemprego estrutural, a degradação ambiental e a manipulação da economia pelo capital estrangeiro e ocorrem de forma similar em praticamente todos os países que sofreram esta expansão da industrialização. Mas, acima de tudo, estas situações também são regionais e locais, pois apresentam suas especificidades do lugar, na medida em que cada país, região, cidade e os seus grupos sociais respondem de forma diferenciada à apropriação de seu território pelas transnacionais.

Diante de todo este contexto, há uma verdadeira ebulição nas discussões e debates que permeiam a ciência geográfica. A geografia desde sua gênese sempre foi plural. E por conta desta pluralidade, sua cientificidade sempre foi colocada em dúvida por se afastar de um método que trabalha com objetos de estudos bem definidos, fragmentados e descontextualizados de outras realidades. A sistematização da geografia enquanto ciência se dá no século XIX, com Ratzel e La Blach, graças à aproximação da geografia com este método positivista. A partir daí a pluralidade geográfica passa a figurar um papel de marginalidade dentro da ciência moderna. No entanto, os desdobramentos atuais do mundo globalizado nos impulsionam a resgatarmos ideias e pensarmos o mundo a partir de uma multiplicidade de saberes tradicionais que a ciência moderna positivista não mensura, ou seja, a geografia terá que resgatar a sua pluralidade do passado enquanto não ciência, para fazer esta nova leitura de mundo. Superada esta tarefa, a geografia assume um papel de extrema importância para a ciência em geral que é a ideia de trabalhar de forma multidisciplinar, reconhecendo a pluralidade entre povos e saberes e permitindo e incentivando a híbridização de ideias e filosofias. Segundo Amorim (2010),

[...] a atividade geográfica, desde suas origens mais remotas, sempre foi pluralista tanto em sua temática, quanto em suas abordagens; essa pluralidade, apesar das dificuldades e perplexidades que, inevitavelmente, traz para os praticantes da geografia é, do ponto de vista do autor deste texto, um dos principais motivos da continuidade, da utilidade, da riqueza e do prazer ligados a esta atividade intelectual tão antiga.

A proposta de estudo de qualquer lugar que tenha sofrido este processo de expansão industrial merece a retomada desta discussão a respeito destes desafios paradigmáticos, os quais a ciência em geral e, em especial, a ciência geográfica, enfrentam hoje. E, para este estudo, a ciência geográfica não positivista tem um caráter de maior relevância neste processo, uma vez que se propõe a ler espacialmente os fenômenos dos lugares.

2.2 A Geografia em Catalão: a luta pela sua implantação em um processo de redemocratização nacional.

Empreender uma pesquisa a respeito de uma instituição cujo objetivo basilar é realizar, cotidianamente, pesquisas, como é o caso da universidade, não é uma tarefa fácil. Pois, além dos cuidados que se deve ter ao se elaborar um trabalho com os rigores que exige o meio acadêmico, com suas normas burocráticas, técnicas, prazos e métodos, que consistem quase que em uma tarefa hercúla, o pesquisador se vê ainda em um universo carregado de fatores que a ciência e o método não conseguem mensurar. Uma fusão de ideias se mesclam, debatem-se, impõem-se, convergem-se e se divergem numa dinâmica e intensidade no espaço acadêmico que qualquer estudo que se propuser a um aprofundamento neste universo parece pretensioso. No entanto, é esta pluralidade no meio acadêmico que faz da universidade um espaço rico e fundamental na produção do saber. Este universo de ideias extrapola o espaço da universidade, influenciando e interferindo em praticamente todos os setores da sociedade moderna.

Qualquer discussão ou linha de pesquisa que envolva a influência do saber científico na dinâmica de uma sociedade não pode se alienar do papel da universidade neste contexto. É importante que toda pesquisa que se propuser a interpretar o movimento da paisagem, faça a inserção de um estudo sobre a universidade, pois esta, por várias vezes, torna-se um instrumento de transformação, direto ou indireto, na produção do espaço geográfico de uma sociedade.

O trabalho de conscientização, a militância política, a construção do senso crítico, a formação de educadores, o caráter ideológico inserido nos discursos acadêmicos, são exemplos claros de influências indiretas que as universidades exercem na dinâmica social e na produção do espaço geográfico. Por outro lado, a produção de laudos técnicos, o encaminhamento de denúncias a instituições jurídicas, o engajamento de grupos de estudos nas causas dos movimentos sociais e ambientais, a elaboração de projetos urbanos e ambientais e a participação em planos de ordenamento de uma cidade, são também exemplos explícitos da participação e intervenção direta da universidade no desenvolvimento de uma cidade ou município.

O espaço da universidade, pela sua dimensão e sua pluralidade, é tão complexo que dificilmente um olhar externo poderá compreender com clareza todos os processos que o permeiam. Por isto, esta pesquisa não tem a pretensão de fazer um estudo profundo sobre a dinâmica da universidade e/ou do curso que foi eleito para este estudo. Até por que, esta seria uma tarefa gigantesca e inexecutável para uma dissertação de mestrado. Trata-se, por tanto, de uma pesquisa que busca entender de que forma uma instituição acadêmica de educação superior atua e interage com outras instituições públicas ligadas ao meio ambiente. Todavia, é importante justificar esta limitação tanto do tema quanto do pesquisador.

Outro fator importante a ser mencionado e também que merece justificativa é o temor de que a pesquisa possa entrar em questões delicadas que fazem parte dos debates internos dos cursos acadêmicos. Tendências ideológico-partidárias, visões diferenciadas de desenvolvimentos, linhas de estudos que não se convergem e temas polêmicos, como, por exemplo, a participação do capital privado na universidade, devem ser estudadas, porém, não com o intuito de apresentar julgamento de valores ou expor personagens a uma situação que possa denegrir sua imagem ou seu trabalho. Uma pesquisa de mestrado não tem habilidade nem competência para dar julgamento de valores e, muito menos, apontar fatos que mais se assemelham a um inquérito policial. Entretanto, é importante justificar esta limitação e o direcionamento que a pesquisa pretende tomar para não se cair no simplismo da crítica pela crítica.

O espaço da universidade, em sua essência, é tão complexo e difícil de penetrar que muitos pesquisadores preferem e acham possível fazer pesquisas com olhar externo a este universo. Na maioria das vezes, quando realizam suas pesquisas dentro do espaço acadêmico, fazem-no por meio de formas carregadas de pré-conceitos, estereótipos e pré-julgamentos que não os permitem enxergar as subjetividades que este “lugar” possui. A crítica pela crítica parece ser condição fundamental para alguns que se propõem a pesquisar. É perigoso dar

juízo de valores às ações de vários profissionais que atuam nestas áreas. Principalmente, quando não se vivencia o dia-dia destes espaços. Sem dúvida, a contribuição da academia é importante e fundamental para fomentar este processo de conscientização crítica, mas é importante também que, ao dar esta contribuição, os pesquisadores e críticos tenham cuidado com a forma de conduzir sua prática de pesquisa ou, ao contrário, seus estudos podem se tornar um desserviço à sociedade acadêmica e à própria forma de fazer pesquisa.

Diante das considerações acima, é importante justificar os caminhos que se pretende trilhar nesta pesquisa, apontando, desde já, o compromisso com a ética, mas sem deixar de dar transparências aos fatos que estejam inerentes aos estudos realizados. Isto é válido tanto para o curso eleito para o estudo na universidade, ou seja, o curso de geografia de Catalão - UFG, como também para as outras duas instituições a serem pesquisadas: Ministério Público e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O recorte que se pretende dar a esta pesquisa institucional, como já foi insistentemente comentado aqui, são três instituições públicas de Catalão que atuam diretamente com relação às questões ambientais do município. São elas: Ministério Público, Secretaria municipal de Meio Ambiente e o curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão-GO.

A escolha do curso de Geografia como objeto de pesquisa é resultante dos caminhos que levaram à sondagem preliminar desta pesquisa. Esta sondagem chegou à constatação que este curso responde por praticamente todas as questões mais relevantes que envolvem o meio ambiente do município e a universidade. Este destaque que o curso de Geografia tem recebido nestas questões do município possui, em sua raiz, fundamentalmente três fatos que justificam esta posição, são eles: o perfil da grade curricular do curso, o pioneirismo do curso de Geografia em Catalão-GO e o engajamento dos professores nas causas sociais e ambientais do município.

O referido curso possui um currículo multidisciplinar com disciplinas tanto da área de humanas quanto das áreas físicas que, muitas vezes, estão diretamente ligadas às questões ambientais ou, pelo menos, dialogam com elas. Este fato tem possibilitado ao curso uma interferência espontânea e/ou solicitada nas demandas e conflitos inerentes aos problemas sócio-ambientais do município. O curso responde a tais demandas por meio de variadas formas de atuação, como: produção de laudos técnicos, elaboração de pesquisas direcionadas, denúncia encaminhada ao Ministério Público, participação efetiva em audiências públicas, criação de grupos de estudos ligados as temáticas sócio-ambientais, entre muitas outras ações que serão abordadas mais adiante nesta pesquisa.

Diferentemente de outros cursos, o curso de Geografia possui, em sua grade curricular, disciplinas que estão diretamente ligadas às práticas cotidianas da expansão de uma cidade ou de seu município. Disciplinas como: hidrografia, urbana, demografia, cartografia, agrária, geologia, entre outras, permitem uma grande aplicabilidade nos estudos e na interferência das dinâmicas sócio-ambientais de todo o município e de sua população. Portanto, as transformações que ocorrem na paisagem do município, assim, como os conflitos gerados pela territorialização do capital e o seu conseqüente processo de perda da identidade do lugar, ocorrem, sem dúvida, mas não escaparão do olhar crítico, científico e intervencionista que a universidade, particularmente o curso de Geografia, tecerá sobre ela.

É importante destacar também que a atuação maciça do curso de Geografia de Catalão-GO nas demandas ambientais está ligada ao seu pioneirismo na composição dos cursos implantados. O referido curso, juntamente com o curso de Letras, são os cursos fundadores do Campus Avançado da UFG em Catalão-GO. Fundado em 17 de dezembro de 1983, o Campus de Catalão-GO inaugurou suas atividades três anos depois 1986, com o primeiro vestibular para os cursos de Letras e Geografia. A escolha pelo curso de Geografia já havia sido apontada pelo diagnóstico sobre o município de Catalão, realizado em 1980, que definia os cursos potenciais de acordo com as necessidades do município. Esta escolha, feita de acordo com o diagnóstico, relacionou-se às potencialidades mineradoras que o município apresentava já no início da década de 1980 e à relação que o curso possui com o estudo destas potencialidades. Trechos deste diagnóstico-1980 demonstram claramente esta intenção.

Diante da realidade de ser um município distinto dos demais por ter uma característica de “campo mineração”, extremamente rico, por tanto [...] será tarefa primordial da UFG ajudar aos cidadãos de Catalão a dominarem os conhecimentos para que realmente tomem posse das riquezas que a natureza colocou sob sua responsabilidade e tenha condições de transformá-las em instrumentos de sua redenção econômica. [...] Recomendável, pois, seria que o curso de geografia, para facilitar a presença de pessoas altamente conhecedoras da região, podendo inclusive entender bem sobre a fisiografia, as características do solo e do subsolo. (Universidade Federal de Goiás/Pro - reitoria de extensão. Diagnose do Município de Catalão – 7. Goiânia, dezembro de 1980)

Nota-se, por este trecho do diagnóstico, que o curso de Geografia em Catalão-GO já foi criado com a intenção de atuar como um agente de transformação na dinâmica da extração de minérios. Contudo, posteriormente, o curso de geografia irá estender sua influência por, praticamente, todas as atividades econômicas mais relevantes que irão ocorrer no município.

Esta característica intervencionista também é citada em um trecho do documento de elaboração da proposta de implantação do Mestrado em Geografia no Campus Catalão/UFG:

A inserção regional através do ensino, da pesquisa e da extensão, ao longo de duas décadas de atividades, permitiu ao curso de Geografia do Campus de Catalão aproximar o debate teórico e acadêmico ao acervo empírico de informações regionais acerca dos processos e dinâmicas que atuam e atuaram na transformação dos espaços regionais. Os estudos ambientais regionais de cunho bastante intervencionistas permitiram uma aproximação com órgãos e instituições de estudo, normatização e fiscalização do meio ambiente em escala regional. As pesquisas e os projetos de extensão também encontraram grupos, mobilizados ou não, buscando mecanismos de reação e defesa contra expropriação da terra e do trabalho. UFG, Geografia 2006.

Com relação ao engajamento dos professores do curso de Geografia na atuação das demandas sócio-ambientais do município, poderíamos citar cansativamente as ações realizadas pelos mesmos. Ao longo de vinte anos, estes tiveram participações diretas e decisivas em praticamente todas as questões mais relevantes na transformação do espaço urbano da cidade de Catalão-GO. A princípio, boa parte destas ações está ligada à criação de núcleo de pesquisas que se consolidam e se ampliam na medida em que situações problemas emergem da dinâmica de crescimento que a cidade de Catalão-GO experimenta atualmente. No entanto, a consolidação destes núcleos de pesquisas, assim como a implantação do programa de mestrado e o processo de qualificação dos professores, resulta de todo um contexto marcado por fatos históricos e lutas políticas que influenciaram sua criação.

Em meados da década de 1980, quando o Campus Avançado de Catalão – UFG foi implantado, o contexto histórico trouxe dois fatos de escala nacional e internacional que marcaram o Brasil e o mundo: o fim da ditadura militar no Brasil 1985 e a crise do socialismo no mundo, desencadeada pela queda do muro de Berlin em 1989.

O movimento por eleições diretas e o deslumbramento por uma sociedade democrática emergem praticamente em todos os meios artísticos, intelectuais, políticos e acadêmicos brasileiros. Foi um período de lutas sociais pela redemocratização de nossas instituições públicas, em que o Brasil debatia, propunha e avançava na construção de uma sociedade democrática, que acabou culminando na constituição de 1988. A constituição de 1988, ao inserir direitos individuais de sujeitos até então historicamente segregados de uma plena cidadania e ao demonstrar uma preocupação em regulamentar as demandas potenciais de conflitos sócio-ambientais, legitima um novo Brasil pautado em princípios democráticos e preocupado com uma gestão de seu território integrada com a sociedade.

É o momento em que as instituições públicas e, em particular, as universidades tentam se reconstruir com os princípios democráticos. No entanto, esta tarefa de reconstrução democrática ainda teria que enfrentar e conviver com o “ranço” de uma sociedade que historicamente foi marcada por regimes não democráticos que, conseqüentemente, limitaram e até mesmo impossibilitaram a ascensão de instituições que almejassem uma sociedade democrática.

Esta conjuntura sócio-política do país é tema de debate permanente e acirrado em todas as instituições públicas, principalmente, nas universidades federais de todo o país. Universidades estas que sofreram duras intervenções de governos totalitários. Os anos oitenta no Brasil foram marcados pela formação de uma sociedade intelectualizada, de forte engajamento político e de uma acirrada militância pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.

É neste contexto de lutas e incertezas que o Campus avançado de Catalão iniciou suas atividades em 1986. E esta conjuntura, certamente, foi um elemento de grande importância para definir o perfil de muitos profissionais que atuam no curso de Geografia de Catalão-GO. A história de luta pela consolidação do Campus Catalão consistiu também na formação de profissionais mais engajados e militantes, que extrapolaram as relações meramente acadêmicas e ecoaram por todo o município de Catalão-GO.

Por outro lado, outro fato histórico em escala mundial traz uma mistura de sentimento de desencanto, frustração e perplexidade. É a crise do socialismo, desencadeada pela queda do muro de Berlim e seus desdobramentos que se refletiram por todo o mundo.

A ideia de uma sociedade socialista igualitária e justa, como redentora de uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade e injustiça para com os mais pobres, estava ruindo. Ruiu para alguns e para outros deveria ser revista em sua aplicabilidade e compreensão. Nesse contexto, muitos conceitos, ideologias e propostas caíram por terra e suscitaram discussões apaixonadas, que também influenciaram o mundo acadêmico e o não acadêmico.

Paradoxalmente, a Geografia viveu este momento muito intensamente no Brasil. A Geografia radical (conceito oriundo dos Estados Unidos) e/ou a Geografia crítica, termo mais utilizada aqui no Brasil, baseada em princípios marxistas, com propostas de formação de um geógrafo militante e capaz de renovar ou revolucionar o ensino de geografia ou propriamente a ciência geográfica, apresentavam-se como um novo paradigma de uma disciplina que se propunha a fazer uma nova leitura do mundo globalizado contemporâneo. Esta corrente se tornou muito forte no meio acadêmico e em algumas universidades e, por mais de vinte anos,

foi quase uma unanimidade. Sem querer dar muita vazão a este debate que até hoje continua acalorado no meio acadêmico, estas discussões sem dúvida enriqueceram enormemente a ciência geográfica. A Geografia crítica incita o geógrafo à inquietação e à indignação perante as injustiças e os desdobramentos de um mundo globalizado por um único viés, o econômico. Apesar do sonho de uma revolução por uma sociedade igualitária se tornar cada dia mais distante de se concretizar, em um mundo tão plural, a geografia crítica deixa um grande legado que é a formação de um novo geógrafo. A Geografia crítica desbanca um saber geográfico enciclopédico e pouco aplicável no dia-dia dos sujeitos para dar voz a uma geografia “útil”, intervencionista e comprometida com a transformação da sociedade. Este fato em si já consiste em um grande mérito desta corrente, no entanto, ele, por si só, não dá conta de responder às subjetividades geradas pela dinâmica do mundo globalizado.

Segundo Gomes (1996, p. 274), a crítica é um instrumento que rompe com paradigmas que perpetuam a desigualdade social.

O entusiasmo e o vigor da geografia analítica foram progressivamente perdendo o fôlego, em face das múltiplas críticas e das dificuldades imposta, sobretudo pelas considerações do caráter político do espaço, feitas à geografia.”pg. 274 ...para estes críticos a ciência só pode ser interpretada segundo um ponto de vista político, e a preposição de neutralidade, já é em si mesma uma premissa ideológica. A ciência é o produto de uma sociedade desigual, na qual o poder é exercido por grupos minoritários que controlam também a produção do saber, seus objetivos e suas aplicações.

Marxistas ou não, críticos ou não, a geografia de Milton Santos, de Rui Moreira, entre outros, impulsiona qualquer geógrafo a ter uma postura comprometida com a intervenção e a transformação do mundo em que vive. E certamente estas influências se fazem presentes na formação e na construção do perfil dos professores do curso de Geografia do Campus Catalão-GO, pois boa parte deles vivenciou, participou e participa ativamente destes debates e destas ações por uma nova geografia. A respeito deste resgate Tonet (2002, p. 36) descreve:

A primeira questão que, ao nosso ver, se coloca, é esta: qual o sentido deste resgate? Para alguns, trata-se, apenas, de defender o marxismo dos ataques dos seus adversários e de corrigir eventuais falhas e deformações historicamente situadas. Para outros, levando em consideração as enormes mudanças que o mundo sofreu desde o nascimento do marxismo até hoje, trata-se de estabelecer “o que é vivo e o que é morto” nele, atualizando-o face aos problemas do mundo atual. Para isto, há quem advogue a necessidade de entrecruzá-lo com outras correntes atuais, o que permitiria evitar todo dogmatismo e sectarismo e traria mais produtividade ao próprio marxismo.

Tonet (2002, p. 38) justifica ainda esta intencionalidade revolucionária:

Sabe-se que o pensamento marxiano se configurou como uma clara perspectiva crítica e revolucionária, ou seja, de compreensão da realidade social até a sua raiz e de superação radical da ordem burguesa. E foi precisamente este caráter radical e revolucionário que ele foi perdendo ao longo da sua trajetória. Entre as inúmeras deformações que ele sofreu, está a redução desta radicalidade a mera crítica teórica ou a uma crítica política, quando a questão é muito mais ampla e profunda. Ser radical, como o próprio Marx diz, é ir à raiz. Ora, continua ele, a raiz do homem é o próprio homem. Trata-se, pois, ao nosso ver, de retornar a Marx, não para encontrar o “verdadeiro Marx” – tarefa impossível e sem sentido – mas, para buscar nele os fundamentos para a compreensão do mundo dos homens até a sua raiz, compreensão que, por sua própria natureza, tem um caráter revolucionário.

O fato da universidade se posicionar historicamente como um espaço de produção do conhecimento e estas discussões teórico-científicas de caráter universal estarem associadas a grandes transformações em um contexto internacional, como foi o caso da crise do socialismo, estas discussões tomam dimensões que interferem radicalmente em todos os debates. Principalmente, quando se trata de uma proposta doutrinária. Diferentemente das outras correntes científicas, particularmente as que possuem segmentos positivistas e que se colocam como “neutras” às classes sociais, o marxismo assume explicitamente o compromisso com um determinado segmento, que é a classe dos operariados. Como afirma Lowy (1988, p. 46): *“Marx, afirma reconhecer, proclamar o compromisso de sua teoria, com o ponto de vista de uma classe social determinada, ele se considera mesmo como um representante científico do proletariado.”*

Logicamente, temos clareza de que estas discussões hoje são bem menos acirradas, não só em função da crise do socialismo desencadeada pelo mundo, mas principalmente em função da pluralidade que o mundo vivencia hoje e pela própria incapacidade do marxismo de interpretar as subjetividades deste mundo plural. No entanto, o legado de debates acadêmicos deixado pelos marxistas ainda permanece. Contudo, os debates hoje indicam outros caminhos que se encaixam em temas mais contemporâneos. A discussão de gêneros, as questões ambientais, o debate entre geografia física e humana, a geografia da cultura e da saúde parecem dar um novo viés às discussões que se digladiam no mundo acadêmico. Observa-se que o marxismo ainda é discutido nestas temáticas, mas talvez ele se apresente muito mais como uma forma de entrecruzamento com estas novas temáticas do que propriamente uma proposta universal de ruptura do capitalismo. Daí a ideia proferida pelos próprios marxistas de rever o marxismo e suas categorias de análises, como, por exemplo: o conceito de classes

sociais estendidas. Em si, este fato acaba justificando a necessidade do resgate destes debates, pois desencadeiam desdobramentos em vários discursos acadêmicos na contemporaneidade.

É difícil estabelecer uma analogia e um julgamento de valor entre positivismo, historicismo e marxismo e nem é este o nosso objetivo aqui. Estas correntes contribuíram muito para o avanço do conhecimento científico da humanidade e ainda apontaram propostas para a construção de novas sociedades. Cada uma delas avançou a seu modo e, com isso, possibilitaram avanços em todos os campos do conhecimento, particularmente nos três últimos séculos. Porém, o contexto histórico tem exposto as contradições de cada uma destas correntes e, dessa forma, demonstrado a fragilidade que elas explicitam ao tentar fazer uma leitura da dinâmica da sociedade global e suas especificidades.

É bastante interessante a ideia contida no historicismo, quando se afirma que: qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico, e só pode ser compreendido dentro da história. Sem dúvida, investigar as transformações do passado nos dá uma grande dimensão de como a sociedade se constrói ao longo do processo histórico. Porém, a ideia de uma sociedade fixa, estagmentada por instituições seculares, é de tamanha contradição que ameaça até o próprio historicismo, na medida em que nega o seu processo histórico dialético.

Existe uma grande relevância no legado do positivismo, que consegue romper com saberes teológicos e inquestionáveis da idade medieval. Outra grande contribuição positivista, sem dúvida, é a sistematização da ciência, com metodologia e objetos bem definidos. Este fato até certo ponto nos dá uma segurança e nos protege do empirismo e do subjetivismo. No entanto, quando a ciência se torna um instrumento de legitimação da hegemonia de uma classe social (no caso a burguesia), esta segurança é sempre questionável. Ciência para quê? Ciência para quem? E, ainda, quanto a este modelo de sociedade e ciência dentro da “ordem” e de uma metodologia rígida, ao que tudo parece, muitas sociedades não estão e não almejam se enquadrar a este modelo. Aí a grande dificuldade de explicar as especificidades que não se encaixam.

E, finalmente, o marxismo. Como negar a importância desta corrente, que teve a grande capacidade de fazer uma leitura crítica das relações que permeiam as classes sociais do mundo pós-industrial? E ainda dentro desta percepção, criar uma metodologia científica capaz de dar uma explicação sobre como esta relação se constrói e apontar para um novo modelo de sociedade. Isto em si já é extremamente revolucionário. Porém, esta é a grande questão do marxismo. Ele não quis este modelo de revolução concebida pela clareza e evidência de uma sociedade injusta capitalista para a sedução de uma sociedade igualitária socialista. Negou esta revolução da espontaneidade para abraçar e construir sua própria revolução baseada em

sistemas totalitários e com a utilização do Estado como instrumento de imposição de um sistema homogêneo de sociedade.

Embora sempre se diga que não existe neutralidade na ciência e/ou nas classes sociais, declarar-se explicitamente favorável a uma classe social e colocar a ciência a serviço desta escolha, parece-nos um tanto perigoso e complexo no atual estágio das relações capitalistas de consumo e produção.

Perigoso por que tanto o marxismo quanto o positivismo ao longo de suas experiências, ao saírem do estado de crítico, contestador e revolucionário para buscar e atender à permanência e à hegemonia de uma classe estabelecida no poder (seja ela burguesa ou proletariado), não conseguiu dar uma resposta a um modelo de sociedade ideal almejada. Pelo contrário, acentuaram-se as desigualdades sociais ou caminharam para regimes totalitários. Portanto, uma sociedade ideal, assim como uma verdade inquestionável de uma ciência, é algo muito subjetivo e quase utópico.

É complexo, por que definir classes sociais, luta de classe e ideologias é realmente hoje uma tarefa extremamente difícil. No entanto, se a luta de classe é um dos meios para se chegar a este modelo de sociedade socialista, defini-la passa a ser uma questão de sobrevivência deste modelo. Mas, onde estão estas classes sociais que seriam o elemento detonador destas mudanças? Seria o operário das fábricas profetizado no século XIX? E como ficaria a imensidão de categorias do setor terciário atual? Ou, talvez, uma revolução aos moldes de Mao, com a macha do campesinato? Seria possível uma macha como esta em uma sociedade urbana como a atual?

O fato é que estes modelos propostos até hoje desconsideraram o fator de maior relevância dentro de uma sociedade. Ou seja, os indivíduos e suas individualidades. O positivismo propôs uma suposta neutralidade da ciência e adequou e homogeneizou um tipo de indivíduo em uma ordem estabelecida pelas relações competitivas do capitalismo. Por outro lado, a proposta de uma sociedade igualitária imposta de baixo para cima pelo marxismo, que, de certa forma, cria indivíduos comprometidos com o coletivo, mas que é tolhido nas suas mais variadas formas de individualidade. A grande questão é que estes sistemas desconsideraram as diferenças individuais e sociais e tentaram impor um modelo de cultura e de indivíduos que se encaixassem no sistema. Porém, ao que parece, o grande enigma da sociedade hoje é exatamente desvendar valores e culturas que não se encaixam em nenhum modelo pré-estabelecido. Ao contrário, quanto mais o capitalismo avança e o socialismo se tenta impor, mais estas culturas não socialista\capitalista tentam resistir. Resistir a um modelo estabelecido é, na verdade, uma questão de sobrevivência de uma cultura e de

uma identidade. “Mais do que nunca, as ‘Tribos’ não capitalistas (embora inseridas no capitalismo) procuram resgatar e preservar o que há de mais específico em cada uma delas, pois, só assim, conseguiriam fazer parte da aldeia global sem perder suas identidades.

Estas discussões da ciência e a busca da construção de seu paradigma fazem parte da construção do corpo teórico de qualquer debate acadêmico. E, certamente, a consolidação do curso de Geografia como parte do processo de implementação do Campus de Catalão – UFG não ficou e não deverá ficar isenta destes debates. Pois se configura como elemento de formação e constituição deste espaço e dos profissionais de educação que atuam nele.

A pluralidade de discursos e de ideologias no espaço acadêmico é extremamente positiva, pois este fato em si é o grande legitimador desta característica que o mundo da ciência traz de universalidade. São os debates e confrontos de ideias e ideologias que alimentam a pesquisa e o conhecimento científico. Embora seja importante salientar que, muitas vezes, estes discursos são carregados de paixões e intenções político-partidárias tão fortes que se tornam muito subjetivos e pouco científicos, travando, portanto, qualquer avanço nas questões concretas que a universidade se propor a resolver.

Outro aspecto responsável pelo engajamento dos professores do curso de Geografia de Catalão –UFG nas demandas sócio-ambientais de Catalão-GO, foi o processo de qualificação que eles buscaram, particularmente nos últimos quinze anos. Várias pesquisas de mestrados e doutorados foram feitas por estes professores em instituições de excelência como: USP, UNESPE e UNB. Este fato possibilita o contato dos professores com boa parte dos principais centros de produção intelectual do país, onde se tem a vivência das discussões mais contemporâneas da geografia. Este processo de qualificação dos professores possibilitou também a produção de várias teses e dissertações ligadas a linhas de pesquisas que, além de serem ligadas a áreas de atuação e luta destes docentes, são estudos que se relacionam a temas muito ligados ao cotidiano sócio-ambiental do município de Catalão–GO.

Esta intencionalidade em se construir estrategicamente um plano de qualificação dos docentes do curso de Geografia está explicitada na proposta de implantação do curso de Mestrado em Geografia do Campus Catalão:

O Curso de Geografia desenvolveu um arrojado plano de qualificação docente a partir da metade da década de 1990, desenvolvendo um sistema de licenças parciais e integrais, de modo a garantir a oferta da graduação sem prejuízo dos programas e, ao mesmo tempo, incrementar e possibilitar que, em uma década, tivéssemos um quadro em condições de planejar um sistema de Pós-graduação *lato e stricto sensu*. O plano atingiu a meta estipulada, de maneira que até o ano de 2006, de um quadro de 17 professores efetivos 09

destes possuem o título de Doutor, 05 estão em fase de doutoramento e 03 estão em preparação para ingresso nos programas de doutorado. A expectativa é a de que o curso atingirá 80% do quadro com a titulação de doutor até o final de 2007 e 100% até o ano de 2009. Portanto, a implantação do Programa de Mestrado em Geografia no Campus de Catalão tem base sólida de pesquisa e qualificação docente o que garante que, uma vez implementado, não sofrerá prejuízos em sua continuação.

Nos quadros abaixo, observa-se a relação dos professores que compõem o quadro efetivo do curso de Geografia do Campus Catalão, com suas respectivas qualificações:

Professores efetivos do curso de geografia do Campus de Catalão
Doutores

Professor	Titulação	Ano	Local
Estevane de Paula P. Mendes	Doutora	2005	UNESP – Presidente Prudente
Helena Angélica de Mesquita	Doutora	2001	USP – São Paulo
Idelvone Mendes Ferreira	Doutor	2003	UNESP – Rio Claro
José Henrique R. Stacciarine	Doutor	2003	UNESP – Presidente Prudente
José Vieira Neto	Doutor	2001	USP – São Paulo
Manoel Rodrigues Chaves	Doutor	2003	UNESP – Rio Claro
Marcelo Rodrigues Mendonça	Doutor	2004	UNESP – Presidente Prudente
Paulo Henrique K. Orlando*	Doutor	2006	UNESP – Presidente Prudente
Edir de Paiva Bueno*	Doutor	2006	UNESP – Presidente Prudente
Claudio José Bertazzo	Doutor	2006	

*Professores com data de defesa de tese marcadas para fevereiro e março de 2006, respectivamente.

Professores efetivos do curso de geografia do Campus de Catalão
Doutorandos

Professor	Expectativa de Conclusão	Local	Situação atual - 2011
Carmem Lúcia Costa	Março de 2007	USP – São Paulo	Concluído
Gilmar Alves de Avelar	Novembro/2006	UFF	
João Donizete de Lima	Março de 2007	UFRJ	Concluído
Percy Boris Wolf Klein	Junho de 2006	UNB	Concluído
Odelfa Rosa	Março de 2008	UFU	Concluído

Professores efetivos do curso de geografia do Campus de Catalão
Mestres em processo de seleção

Professor	Expectativa de Ingresso	Situação atual – 2011
Laurindo Elias Pedrosa	Março de 2007	Concluído
Ronaldo da Silva	Agosto de 2006	Mestrado e Doutorado concluído
Valdivino Borges de Lima	Março de 2007	Mestrado Concluído Doutorando.

Esta somatória de fatores citados anteriormente a respeito do pioneirismo do curso de Geografia, as características de sua grade curricular, o contexto e a conjuntura sócio-política de sua implantação e o processo de qualificação de seu corpo de docentes permitiu ao curso avançar no sentido de ofertar o primeiro programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em 2002.

A partir do ano de 2005, o programa de Especialização indicou duas linhas de pesquisas: uma primeira, que mantém o enfoque do Ensino de Geografia e, uma segunda, criada para atender a uma demanda mais voltada à pesquisa e às questões profissionais.

E, a partir do ano de 2008, o curso de Geografia novamente foi pioneiro no sentido de ofertar o primeiro programa de Pós-Graduação *strictu sensu* do Campus de Catalão- GO. Com proposta de linhas de pesquisas ligadas aos estudos ambientais e também às relações do trabalho e seus desdobramentos, o programa de mestrado possibilitou, mais uma vez, ao curso de Geografia do CAC-UFG fomentar e instrumentalizar discursos e ações científicas, que possam interagir em toda esta dinâmica do crescimento econômico que o município de Catalão-GO experimenta nos últimos vinte anos.

Outro desdobramento que esse processo de qualificação trouxe como consequência foi a ampliação e consolidação dos Núcleos de Pesquisas – como o caso do NEPSA/CAC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais do Campus de Catalão, o GeTEM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Território e Movimentos Sociais e o GEDAP – Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental, como as linhas de atuação dos pesquisadores, que têm direcionado seus estudos preferencialmente para as análises de aspectos sócio-ambientais regionais. Entre as linhas de pesquisas nas quais os pesquisadores buscam esse aprofundamento se destacam: Políticas públicas e gestão ambiental; Paisagem e Natureza no Bioma Cerrado; Dinâmicas territoriais e as mutações no mundo do trabalho; Políticas de população e qualidade de vida; Gestão de recursos hídricos; Geologia ambiental; Geocartografias, geotecnologias e sistemas de informações geográficas; Movimentos sociais e cidadania; Estudos de geografia urbana e da indústria e Estudos agrários.

Diante desta conjuntura, o curso de Geografia de Catalão UFG vai construindo sua própria história. Podemos considerar que estes fatores mencionados acima (o pioneirismo do curso no Campus, sua grade curricular ligada às demandas sócio-ambientais, o contexto histórico nacional e internacional e o engajamento dos professores do curso) fazem parte de fatores positivos no sentido de se construir um curso atuante no cenário deste crescimento

econômico industrial que Catalão-GO tem experimentado, particularmente nestes últimos vinte anos.

Temos consciência de que esta pesquisa aqui proposta tem suas limitações. Limitações estas que podem ser por parte do pesquisador e também pelo tipo de pesquisa, como já foi justificado anteriormente. Por parte do pesquisador, as limitações justificam-se por ele não estar diretamente vinculado ao curso de Geografia, o que faz com que corra o risco de apresentar um olhar superficial sobre o objeto de estudo. E, no que se refere ao tipo de pesquisa, ou seja, uma pesquisa de mestrado, há certas limitações pelo tempo e por uma fragilidade metodológica. No entanto, temos a clareza de que este curso não pode e não deve ficar isento de uma análise que se propõe a entender a forma como o mundo institucional da ciência e o acadêmico conseguiram se inserir nos debates ambientais e sociais do município de Catalão-GO, pois, há uma territorialidade do espaço que transforma a paisagem e o lugar deste município, que faz parte das categorias de análise da geografia e a condiciona a fazer parte destes debates. Isto é cada dia mais evidente, na medida em que o próprio curso reconhece e assume esta postura. Como afirma a proposta de implantação do curso de Mestrado em Geografia do Campus Catalão/UFG (2006, p.16):

A inserção regional através do ensino, da pesquisa e da extensão, ao longo de duas décadas de atividades, permitiu ao curso de Geografia do Campus de Catalão aproximar o debate teórico e acadêmico ao acervo empírico de informações regionais acerca dos processos e dinâmicas que atuam e atuaram na transformação dos espaços regionais. Os estudos ambientais regionais de cunho bastante intervencionistas permitiram uma aproximação com órgãos e instituições de estudo, normatização e fiscalização do meio ambiente em escala regional. As pesquisas e os projetos de extensão também encontraram grupos, mobilizados ou não, buscando mecanismos de reação e defesa contra expropriação da terra e do trabalho.

A Área de Concentração proposta para o Mestrado em Geografia -Território e Ambiente, parte do entendimento, portanto, que a ação dos grandes investimentos – (agronegócio, mineração, projetos de grandes hidrelétricas, etc) propiciam uma nova dinâmica territorial, interferindo nos processos naturais de forma indiscriminada, intensificando os fluxos migratórios, alterando as relações de trabalho, modificando a forma e a função das cidades, desestruturando as relações culturais locais.

Esta somatória de fatores históricos e estruturais do curso de Geografia do Campus Catalão – UFG dá credibilidade ao curso na busca de recursos financeiros e jurídicos para a realização de projetos de estudos regionais e locais, nas mais variadas temáticas sócio-ambientais do município. Esses estudos regionais permitiram que projetos de pesquisas e de extensão fossem desenvolvidos, por meio de convênios, parcerias com entidades públicas/privadas e na participação em editais de concorrência pública. Com isso, um acervo

de conhecimentos técnicos e científicos foi gerado nas áreas de preservação e conservação de recursos naturais, incorporando estudos urbanos e rurais (Ver a relação dos projetos de pesquisa no anexo I, fornecido pelo Sistema de Acompanhamento de Pesquisa da UFG-CAC).

A atuação do referido curso a partir dos núcleos de pesquisa propiciou a concorrência em editais de vários financiamentos para pesquisa e extensão, assim como também o desenvolvimento de atividades conveniadas com entidades públicas e outras instituições que possibilitam o financiamento de atividades extensionistas e a aquisição de equipamentos para os respectivos laboratórios de ensino e pesquisa e, ainda, a ampliação sensível no número de alunos bolsistas.

Seguem abaixo alguns projetos desenvolvidos com financiamento de 2002 a 2005:

PROJETO	COORDENADOR	PERÍODO	ÓRGÃO FINANCIADOR
Educação de Cidadania: uma proposta de educação ambiental para mananciais de captação do Ribeirão Samambaia – Catalão (GO)	Prof. Dr. Marcelo R. Mendonça.	05/2002 a 10/2004	Convênio SANEAGO/UFG R\$ 10.000,00
Os impactos Climato-ambientais na área urbana de Catalão (GO)	Prof. Dr. Edir de Paiva Bueno	03/2002 a 06/2003	SECTEC/GO CNPQ 15.700,00
Diagnóstico do Uso e Ocupação do solo e monitoramento ambiental da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Ouvidor – Catalão (GO)	Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves	02/2002 a 06/2003	SECTEC/GO CNPQ 15.700,00
Elaboração do Plano de Gestão Ambiental para a microbacia hidrográfica do Ribeirão ouvidor – Catalão (GO).	Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves	03/2003 a 08/2004	Convênio MP e CAC/UFG – cooperação técnica 15.000,00
Avaliação dos impactos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Ouvidor, município de Catalão (GO)	Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira	10/2003 a 12/2004	Convênio CAC/ Copebrás – termo de doação para equipamento R\$ 12.000,00
Produção e testagem de materiais didáticos sobre impactos sócio-ambientais do entorno da cidade de Catalão (GO)	Coordenação: Prof. Dr. José Henrique R. Stacciarini	04/2005 a 12/2005	Convênio com Ministério Público – Recursos provenientes de TAC R\$ 13.700,00

De 2002 em diante, estes convênios, parcerias e verbas não param mais, e somas financeiras consideráveis oriundas tanto do setor público quanto do setor privado são injetadas para a estruturação destes projetos de estudos. Logicamente, este fato se torna um diferencial na estruturação dos projetos de estudos do curso de Geografia, em relação aos

demais cursos de Catalão. Isto, tanto no sentido da aquisição de material físico e tecnológico, quanto no envolvimento cada vez maior de pessoal qualificado nas demandas de pesquisa. Conseqüentemente, estas parcerias e convênios não trazem somente benefícios para o curso, pois este fato levantará situações bastante polemizadas pelos próprios docentes dos cursos do campus em geral. Docentes se dividem em opiniões bastante divergentes que vão desde a discussão do destino e prioridades destas verbas até da própria legalidade, da ética e dos riscos que envolvem estes tipos de convênios, particularmente, quando se trata de convênios com o setor privado. Enfim, estas modalidades de parcerias ocorrem em praticamente todas as formas de governos e de Estados no mundo, e toda esta polêmica que envolve o tema está sempre presente. Mas não é a intencionalidade desta pesquisa abordar esta polêmica, mas sim, de entender que este fato em si apresenta grande relevância aos objetivos desta pesquisa que é entender de que forma as instituições públicas se articulam entre si para o enfrentamento das demandas sócio-ambientais do município de Catalão-GO.

O relatório de mestrado já apontava para este fato:

No ano de 2005 o Curso de Geografia solicitou e foi contemplado com uma emenda parlamentar federal no valor de R\$ 100.000,00, recurso que tem o destino específico de equipar os Núcleos de Pesquisa e os Laboratórios de ensino e pesquisa, o que ampliará sensivelmente o atendimento na pesquisa e no ensino de graduação e pós-graduação. Está em fase de implantação na Coordenação de Extensão e Cultura do Campus de Catalão Projeto Institucional aprovado pelo CNPq, Integrado aos cursos de Geografia, Educação Física, Pedagogia e História no valor de R\$180.000,00.

Diante de todas estas evidências e fatos a respeito da consolidação do curso de Geografia em Catalão, torna-se nítido sua importância na participação das demandas sócio-ambientais do município. Logicamente, o desdobramento desta participação cruzará com atuações de outras instituições públicas, como a Prefeitura Municipal e a atuação do Ministério público em Catalão-GO. Diante deste pressuposto, este resgate da consolidação do curso de Geografia no Campus da UFG em Catalão se torna fundamental para esta pesquisa, pois, na medida em que esta consolidação do curso vai ocorrendo, ocorre também uma resposta do meio acadêmico nas demandas e nos conflitos pertinentes ao processo de crescimento econômico e industrial que a cidade de Catalão-GO vivencia atualmente. Este fato em si, justifica a escolha por este curso nesta pesquisa, uma vez que a pretensão desta consiste prioritariamente em fazer esta leitura, ou seja, entender o discurso e a atuação das instituições públicas no debate sobre a questão ambiental em Catalão (GO), com ênfase na

atuação do Curso de Geografia UFG-CAC, Ministério Público e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

3. O Poder Institucionalizado em Catalão-GO.

3.1 Buscando conceito.

Quando nos propomos a realizar uma discussão a respeito das instituições públicas, como é o caso desta pesquisa, faz-se necessário o apontamento de alguns elementos que precederam à consolidação das instituições em um sentido mais amplo. As instituições públicas de Estado ou não, existentes atualmente, são resultantes de lutas e relações de poder que se travaram ao longo do processo históricos em que elas se consolidaram. À medida que grupos ou classes se solidificam no poder político institucionalizado, vão criando, também, uma relação de poderes que se sustentam com a criação de mecanismos de controles e manutenção deste poder.

Este mecanismo de controle e manutenção do poder pelo Estado, segundo Foucault (1979), dá-se em forma de rede, onde, instituições públicas pertencentes ao Estado ou vinculadas a ele são os elementos de tecnologia de poder que compõem a coesão e a manutenção desta rede de poder. No entanto, mesmo nos Estados democráticos e “livres”, como são a maioria das nações no contexto atual, essas instituições diretamente vinculadas ou não ao Estado não estão isentas de uma hierarquia e de ideologias regulatórias irradiadas pelo Estado e logicamente por aqueles que detêm o controle sobre ele. O Estado não é, e nunca foi, neutro. Seja ele uma teocracia, uma monarquia absolutista ou o Estado moderno atual, sempre representa os desejos e ideologias daqueles que exerceram um domínio sobre ele. E, conseqüentemente, adotaram medidas e posturas intolerantes a modelos que ameacem estes desejos e ideologias dominantes. Esta intolerância desencadeia, na organização da sociedade civil, uma dicotomia interessante, ou seja, ao mesmo tempo em que a sociedade civil se posta como um instrumento de resistência a esta hegemonia de grupos dominantes, ela também se torna uma forma de poder.

A formação destas redes de poder, portanto, não está vinculada somente a uma determinação do Estado. Mas, sobretudo, às vontades daqueles que exercem poder sobre ele e ao mecanismo de pressão emanada pela sociedade organizada que não aceita este modelo de Estado excludente. Conseqüentemente, as ações dos elementos que compõe este Estado, como as instituições públicas, acabam assumindo um papel de regulamentação das intenções que há por traz destas ações. As instituições jurídicas, legislativas e executivas assumem um discurso de estabelecimento da ordem do quadro social e também se dizem um instrumento que alavanca a justiça social e o provimento de condições materiais e intelectuais para o progresso da humanidade. No entanto, paradoxalmente, a busca desta ordem e deste crescimento

material se dá à custa da formação de uma rede de poder que, de certa forma, aprisiona aqueles indivíduos que não se encaixam em suas ideologias ou paradigmas de “sociedade perfeita”. Como diria Henry D. Thoreau em sua obra: *A Desobediência Civil* (1952, p.); “a lei jamais tornou os homens mais justos, e, por meio de seu respeito por ela, mesmo os mais bem intencionados transformam-se diariamente em agentes da injustiça”.

Com relação a esta rede de poder, M. Foucault, em *Microfísica do Poder* (1979, p. 79), conceitua a funcionalidade deste poder: “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder são sempre centros de transmissão.”

Ainda nesta linha foucaultiana, há uma preocupação em definir estas relações de poder. Esta preocupação com a relação de poder para Foucault não se dá meramente no campo político e institucionalizado, ela se dá também em aspectos mais gerais nas relações interpessoais dos indivíduos. Para Foucault (1979), todas as relações humanas são relação de poder. Contudo, isto não significa que estas relações humanas particularizadas de poder não estejam imbricadas com o poder político do Estado. Mais adiante, abordaremos de que forma esta relação de poder de relações humanas e do Estado se convergem.

Para Foucault (1979), o poder não é somente a opressão, o cerceamento e a repressão exercida sobre os indivíduos, mas também produção. Esta constatação acaba desencadeando o desenvolvimento de uma teoria do poder, bastante distinta do que estamos acostumados a entender e analisar. Geralmente, uma análise do poder em uma linha marxista mais ortodoxa ou no liberalismo positivista, compreende que ele estaria ligado à noção de domínio e posse em relação aos dominados e que se exerceria, na grande maioria das vezes, através de instrumentos institucionalizados pelo Estado. No entanto, Foucault apresenta uma teoria diferenciada, ao afirmar que o poder permeia por todas as teias que tecem as relações humanas.

Segundo a teoria foucaultiana, existem três tipos de poder: o poder da soberania, exercido no período das monarquias, que hoje se apresenta na esfera do Estado (embora com princípios antagônicos), o poder disciplinar, em que as instituições controlam os indivíduos e o poder do sistema capitalista de produção.

Nesta pesquisa, o poder disciplinar merece uma maior atenção em função da articulação que possui com as instituições. A disciplina para Foucault é uma forma de tecnologia de poder que torna os indivíduos dóceis e/ou condicionados ao sistema e ao modo de produção que este indivíduo vivencia. Esta disciplina como tecnologia de poder é exercida

por meio das instituições públicas. A disciplina é individualizante na medida em que exerce uma uniformização de comportamentos em cada indivíduo. Segundo Foucault (1979, p. 57): “Pode-se dizer que as disciplinas são técnicas para assegurar ordenação das multiplicidades humanas.”

Ainda por este viés foucaultiano, poderíamos dizer que o poder disciplinar se exerce em cada indivíduo e que, portanto, estes indivíduos devem ser confinados em um sistema que exerça esta tarefa disciplinadora. Daí a necessidade de se criar instituições que, ligadas ao poder hegemônico, possam assumir este papel disciplinador. A escola, as instituições jurídicas, as forças armadas e os poderes públicos em geral, são exemplos deste tipo de instituição disciplinadora. Ao “ seqüestrarem ” cada indivíduo e o condicionarem de acordo com as regras da sociedade, da ciência e da esfera jurídica as quais estas instituições representam, estes indivíduos passam a ser inseridos na lógica e nos princípios que esta sociedade impõe, ampliando-se aí uma relação de poder que Foucault vai denominar de Biopoder.

À medida que esta disciplina institucional se exerce em cada indivíduo, ela passa a ser incorporada por ele, que deve ser inserido em uma esfera muito mais ampla e geral. Ou seja, a disciplina condiciona os grupos de indivíduos para se inserirem em uma rede de grupos populacionais, daí a ideia de Biopoder, que está relacionada tanto com a ideia de um grupo maior conectado em redes compostas por vários grupos sociais, como também, na defesa da vida deste grupo. Assim, o Estado não só promove o prolongamento e a defesa da vida dos indivíduos, como também tem mais controle sobre ela. Daí a necessidade de fomentar a formação de políticas públicas de educação, de meio ambiente, de saúde, entre outras, que assumam este papel de Biopoder. Ou seja, o biopoder é uma forma de tecnologia do poder que o Estado encontra para ter controle sobre um grande contingente populacional, composta por indivíduos que já foram pré-disciplinados pelas instituições.

Esta retórica sobre o poder na concepção de Foucault virá desmitificar a ideia de neutralidade do Estado, assim como das instituições que fazem parte deste Estado. Ela desmascara a concepção de que o Estado (seja ele democrático ou não) é a representação máxima do povo que está submetido ao seu controle. E, quando nos propomos a fazer um aprofundamento a respeito destas instituições, este fato deve ser bem explicitado. Esta constatação nos dá a clareza de que somos conformados e fabricados por estas instituições que objetivam nos transformar em sujeitos dóceis às regras sociais impostas, na maioria das vezes, pelo sistema de produção.

Diante deste pressuposto, a busca de um conceito de instituições públicas fica muito complexo e subjetivo. Diferente da Escola de Regulação Francesa e/ou dos neoclássicos, que conceituam instituição como algo estagamentada, rígido e focado no modelo de desenvolvimento econômico, a concepção de Foucault em relação ao poder, assim como de outros autores críticos da modernidade, insere nesta discussão elementos sociais e de antíteses que ampliam a possibilidade para pensarmos em um novo conceito de instituições.

Para pensarmos em conceituar instituições hoje, faz-se necessário a inserção de alguns questionamentos a respeito do papel destas instituições. Se fomos sujeitos criados por estas tecnologias de poder disciplinar e do biopoder, que se exerce através das instituições, e se estas instituições não reconhecem a pluralidade que a sociedade busca hoje, como devemos pensar o seu papel? Se elas não representam a construção de um sujeito autônomo e muito menos engajado na busca de sua liberdade, como definir o conceito de instituição? Ainda faz sentido falarmos em educação, em segurança e em legislação oriundas destas instituições? Deveríamos negar estas instituições e nos engajarmos na busca de novas formas de Estado e instituições? São questões que pairam sobre qualquer sujeito que queira pensar em um novo paradigma capaz de romper com este modelo de sociedade moldada pelo modo de produção capitalista. No entanto, é importante lembrarmos que todas as propostas de ruptura radical de uma sociedade apresentada até hoje não responderam aos anseios que a sociedade em geral almejava. A crítica de Foucault não só desmascara o papel das instituições e do Estado, mas também abre brechas para pensarmos em outro projeto de sociedade que permita a construção autônoma de cada sujeito.

Esta multiplicidade de elementos, que se inserem nas questões inerentes às instituições, possibilita diferentes enfoques ao se tentar definir o conceito de instituições. As diferentes abordagens e análise a respeito das instituições não inviabilizam a construção de seu conceito, mas alertam para uma diversidade de interpretação que, do ponto de vista das ciências humanas, torna-se um elemento bastante enriquecedor para o tema. As críticas e as dicotomias presentes nestas diversidades de interpretações apontam também para o que Veblen chama de teoria econômica evolucionária. Veblen critica os neoclássicos por apresentarem uma falsa concepção da natureza humana, em que o indivíduo é visto equivocadamente em termos hedonísticos, sendo um ser socialmente passivo inerte e imutável (VEBLEN, 1919, p. 73). No entanto, embora Veblen critique este caráter evolucionista, para alguns autores mais contemporâneos, Veblen é considerado como um pós-darwiniano. Isto por que, ao escrever seu artigo *Why is economics not an evolutionary scienci* (1898), Veblen já apresentava muita afinidade com o pensamento evolucionista. Em 1919, ele salienta que a

história da vida econômica dos indivíduos constitui-se em um processo “cumulativo de adaptação dos meios aos fins, que, cumulativamente, modificava-se enquanto o processo avançava. Veblen escreve em 1899 que: “A vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência, e conseqüentemente, e um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural de instituições.” (VEBLEN, 1899 apud Hudgson, 1993, p. 17).

Porém, mesmo ainda resguardando resquícios do evolucionismo, Veblen avança em relação aos neoclássicos, ao quebrar a ideia de que as instituições são imutáveis e rígidas no decorrer do processo histórico. Ele afirma que as instituições, mesmo que por um processo lento, estão sujeitas a transformações e que estas transformações, mesmo lentas e graduais, podem ser mecanismo de pressão para mudar o sistema, por meio de explosões e crises que podem provocar mudanças de atitude e de ações.

Portanto, poderíamos resumir o conceito de instituição em Veblen, como um conjunto de valores, normas e regras e sua evolução. Estes fatores são resultantes de uma situação presente que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma com que os homens veem as coisas. No entanto, como já alertamos anteriormente, por conta destas diferentes abordagens de análise a respeito das instituições, e também por este aspecto evolucionista, Veblen irá desenvolver uma linha de análise mais linear e descritiva de todo o processo, desconsiderando algumas variáveis de pluralidade que culminaram na não abordagem de algumas questões teóricas. Este fato em si possibilitará que alguns autores mais contemporâneos, como: Shumpeter e Marshall, denominem as teorias de Veblen, assim como de outros autores neoclássicos, como pseudoteorias.

Porém, para o estudo que se propõe nesta pesquisa, dois aspectos do institucionalismo evolucionista de Veblen servem como suporte para sustentar as hipóteses apresentadas. São eles: a preocupação com relação à maneira como se dá a mudança (diferentemente dos neoclássicos que se preocupam com o equilíbrio) e a ênfase no processo de evolução econômica e de transformação tecnológica.

Enfim, estes aspectos permitem penetrar-se no mundo das instituições em Catalão-GO, sem a ingênua pretensão de se achar que estas estão postas com sua funcionalidade fixa, rígidas e em tal equilíbrio que jamais se transformariam em detrimento de qualquer forma de pressão externa. Este fato permite, também, entender-se que qualquer instituição, pública ou não, é resultante de um processo histórico dialético, cheio de contradições e equilíbrios que permitiram um processo de evolução econômica e tecnológica que permeia todas as relações de poder da humanidade.

Diante deste pressuposto, o estudo das instituições que seguem esta pesquisa, deve se pautar na busca do entendimento da forma com que elas se articulam nas demandas ambientais de Catalão-GO. Porém, explicita-se que estas instituições são resultantes de um processo histórico e que os desdobramentos que resultam deste processo histórico estão ligados ao posicionamento que estas instituições adotam em relação ao crescimento econômico-industrial que a cidade de Catalão-GO experimenta, desmitificando, assim, a ideia de que estas instituições em Catalão, respaldadas pela lei ou pelo poder executivo, não podem sofrer mudanças que atendam à pressão popular.

3.2 A Consolidação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão-GO.

A década de 90 foi recheada por vários fatos que inauguram o marco de uma era de crescimento econômico e industrial na cidade de Catalão-GO. O anúncio da instalação da Mitsubishi Motor e a verticalização das mineradoras criam uma expectativa que incentiva a abertura de várias outras empresas menores, diversificando, assim, a economia do município, que rapidamente vai transformando toda a paisagem do sítio urbano da cidade de Catalão-GO.

Paralelo a este crescimento econômico-industrial, a sociedade civil organizada e as instituições públicas ensaiam estratégias para responderem às demandas sócio-ambientais que o município vai apresentando.

Particularmente, no início da década de 1990, as questões ambientais ainda eram limitadas a alguns fatos pontuais, como: o lixão e a questão da mata do setor universitário. No entanto, já neste contexto, percebe-se que existia um nascente foco de tensão entre as categorias de análises da geografia de lugar e território. Ou seja, por um lado, a população cria movimentos de resgate de valores ambientais, sociais e culturais e, por outro, surge a ideia progressista de desenvolvimento econômico e geração de empregos propagandeada por setores mais ligados à classe empresarial da cidade e fomentada pela administração pública particularmente pela prefeitura.

Podemos denotar aí que o município de Catalão-GO, representado por alguns segmentos da sociedade, já demonstrava certo engajamento de alguns setores da sociedade catalana na luta pelas questões ambientais. A denúncia de suínos se alimentando no lixão da cidade a céu aberto, feita por segmentos da população e divulgada por canais de mídia local, e o debate a respeito da classificação da mata do setor universitário em estação ecológica ou parque ecológico, podem ser considerados os marcos na emergência da formação de grupos

sociais e instituições que se organizaram para debaterem a respeito das questões ambientais de Catalão-GO.

Individualmente, a luta pela transformação da Mata do Setor Universitário em uma estação ecológica foi um grande marco de organização social e abre uma perspectiva de resultados positivos deste engajamento social, haja vista que esta articulação, não só consegue transformar a mata em uma estação ecológica (e que, portanto, deve ser preservada em sua íntegra sem a realização de qualquer projeto de uso não didático), como também consegue reverter uma situação que já estava posta. Ou seja, o engajamento da sociedade organizada, liderada principalmente por alguns professores do curso de Geografia - UFG/CAC, impede a continuidade de empreendimentos imobiliários dentro da mata e, ainda, pressiona para que este empreendimento retroceda, obrigando o setor privado a devolver a área que já havia sido desmembrada do projeto da criação da estação ecológica da mata. Esta vitória abre uma enorme expectativa de que é possível o enfrentamento destas questões com sucesso, desde que se institucionalizem os debates. Estas ações culminaram na formação de várias instituições sociais e públicas, como, por exemplo, a estruturação do Ministério Público na cidade, a criação do COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) e a criação do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura que, posteriormente, vai se transformar na Secretaria de Meio Ambiente.

Como respostas às denúncias, a Prefeitura de Catalão-GO, no mandato do Sr. Eurípedes Pereira Ferreira, em setembro de 1996 cria o Departamento de Meio Ambiente. Este departamento, a princípio, estaria subordinado à Secretaria de Agricultura, que era administrada naquele período pelo secretário municipal Sr. Jardel Sebba (hoje presidente da Câmara de Deputados de Goiás).

Para assumir a pasta de chefe do Departamento de Meio Ambiente, o Sr. prefeito Eurípedes Pereira Ferreira nomeou o Sr. Antônio Carlos Rezende, com experiência técnica em meio ambiente industrial, exercida na empresa Souza Cruz S/A Uberlândia-MG. Segundo o Sr. Antônio Carlos Rezende 2011:

Para mim, assumir aquela pasta era um desafio, pois não tinha experiência em trabalhar com a coisa pública que exigisse ação imediata como resposta a um problema, na empresa eu atuava muito mais com o preventivo. Além do mais, a UFG particularmente, representada pelo curso de geografia e o ministério público, já cobravam muito e exigiam respostas e solução para os problemas ambientais. E com o pouco recurso que a prefeitura tinha, a situação ficava muito difícil. (Antônio Carlos Rezende: ex-chefe do Departamento de meio ambiente, em 1996)

Como o próprio depoimento do Sr. Antônio Carlos Rezende já confirma, a sociedade organizada de Catalão já se articulava para responder às primeiras demandas de problemas ambientais de Catalão-GO. Uma demonstração da articulação destas instituições em defesa do meio ambiente em Catalão foi a produção de uma série de vídeos sobre os principais temas ligados ao meio ambiente na cidade em 1999 e 2000. A produção destes vídeos, embora tenha sido coordenada pela UFG (Geografia), envolveu também várias instituições ligadas ao meio ambiente, inclusive o recém criado Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal. Segundo o Sr. Antônio Carlos Rezende, (2011): *“a produção destes estudos foi de grande relevância para que, o departamento de meio ambiente da prefeitura possa traçar estratégias de ações para atuarem nestas situações problemas.”*

Outro exemplo desta articulação foi quando a Prefeitura Municipal de Catalão, orientada pelo Ministério Público, juntamente com o respaldo técnico do curso de Geografia do Campus Catalão-UFG, incorporou e institucionalizou esta resposta com a criação do COMDEMA em Catalão-GO (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), por meio da lei municipal nº 1787, em novembro de 1998. O COMDEMA consiste em um órgão consultivo, normativo e deliberativo, composto e articulado com vários segmentos da sociedade civil organizada do local e de instituições públicas também do município. A composição do COMDEMA ficou estruturada com 12 membros, representados pela sociedade civil organizada e mais 12 representantes de órgãos públicos, totalizando-se, assim, vinte e quatro representantes da sociedade catalana, articulando, de forma institucionalizada, várias partes da sociedade civil e institucional inseridas nestas demandas ambientais.

O COMDEMA faz parte de uma tendência contemporânea de uma política de descentralização das decisões ambientais no país, implementada pelo Ministério do Meio Ambiente. Com a lei 6938 de Política Nacional de Meio Ambiente, criada em 1981, foram definidos vários fins e mecanismos de proteção ambiental que se respaldariam em uma política de descentralização das questões referentes ao meio ambiente em todo país. Esta política de descentralização política de meio ambiente foi proposta, debatida e desenvolvida praticamente em toda década de 1980. Mas, somente na década de 1990 é que foi implantada nas várias esferas de administração pública dos estados e municípios, buscando orientar as administrações estaduais e municipais no sentido de promoverem a manutenção do equilíbrio ecológico nas várias atividades executadas nos seus locais de atuação.

Assim, com esta descentralização de meio ambiente, o Sistema Nacional de Meio Ambiente ficou estruturado da seguinte forma: **órgão superior**: um conselho de governo ligado à presidência da república -; **órgão consultivo e deliberativo**: responsável pela

formação do CONAMA [Conselho Nacional de Meio Ambiente], e que estabelece diretrizes e normas para as políticas governamentais -; **órgão Central**: que coordena as diretrizes de meio ambiente do governo federal e é representado pelo Ministério de Meio Ambiente -; **órgão executor - órgão seccionais**: que fiscaliza a execução de ações ambientais nas esferas dos estados -; e **órgãos locais**: entidades municipais ligadas ao meio ambiente.

O organograma destes órgãos, que determinam as diretrizes e portarias juntamente com as resoluções do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), tem sido um importante instrumento de criação de instituições que busquem padrões de qualidade ambiental articulados com a administração dos municípios, estados e união. Em resumo, poderíamos afirmar que esta política de descentralização nacional instrumentaliza e possibilita a criação de vários órgãos locais ligados às temáticas ambientais, entre eles, a Secretaria de Meio ambiente de Catalão-GO.

É no contexto do debate nacional pela descentralização das questões ambientais e também como respostas aos conflitos e demandas locais, provocados pelo “boom” de crescimento econômico inicial de Catalão-GO, que surge a Secretária Municipal de Meio Ambiente. A eleição para prefeito do Sr. Adib Elias Junior, em 1991, foi um marco de administração bastante polêmica para o setor de meio ambiente de Catalão-GO.

Ao desvincular o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Agricultura e promovê-lo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em maio de 1991, o Sr. Adib Elias Junior inaugura uma situação bastante dúbia referente às demandas ambientais do município.

A criação da Secretaria de Meio Ambiente, ao mesmo tempo em que institucionaliza o poder público para o enfrentamento das questões ambientais e aponta para ações ligadas ao meio ambiente, cria, também, polêmicas bastante peculiares, em função da forma que esta administração irá conduzir estas ações.

A criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi um instrumento que, inquestionavelmente, trouxe maior respaldo para as demandas ambientais, pois, além de apresentar um orçamento específico para o meio ambiente, vai, também, gradativamente adquirindo um arcabouço técnico e instrumentalizado para promover ações ligadas às necessidades ambientais do município. Este fato, em si, representa um grande avanço para a elaboração de macro projetos com temáticas que envolvam o meio ambiente. A busca de um plano diretor, por exemplo, poderia ser um destes macro projetos.

No entanto, a Secretaria de Meio Ambiente foi criada com uma visão política de desenvolvimento da cidade, com uma proposta economicista focada exclusivamente nas necessidades de desenvolvimento econômico e industrial. Baseada meramente em geração de

emprego e renda, esta nova administração criou um foco de tensão que se desdobrou em conflitos com vários segmentos que defendiam o meio ambiente de forma mais integrada e respeitando a pluralidade inerente aos vários aspectos culturais, sociais e ambientais atingidos pelo crescimento de Catalão-GO.

O debate e os discursos de ambientalistas x empresários, sendo este último respaldado pelo poder administrativo municipal, tornaram se explícitos e fomentaram uma estruturação e articulação de várias instituições que se ligavam a estes conflitos, radicalizando-se, assim, de ambas as partes, as posturas e as ações de enfrentamentos que defendessem seus interesses.

Uma situação que ilustra e sintetiza bem esta questão pode ser explicitada na questão do tratamento que a nova administração municipal passou a ter com relação ao COMDEMA. O COMDEMA, em sua função original, atenderia a uma política nacional de descentralização das decisões ligadas às demandas ambientais locais. Consequentemente, possibilitaria uma política de gestão ambiental de municípios e dos estados mais democrática, pois consistia em uma política que fomentava a participação de várias instituições e o engajamento da sociedade civil neste processo.

No entanto, logo que a nova administração executiva municipal esbarrou em impedimentos técnicos e jurídicos que, notadamente, eram oriundos de grupos que compõe o COMDEMA, esta administração criou uma estratégia que surpreendeu a todos do Conselho.

O CONDEMA compunha-se de vários segmentos, e estes segmentos, até por sua pluralidade, representam uma forma mais morosa e descentralizada de decisões. Este fato, para uma política desenvolvimentista e centralizadora, representa um grande empecilho. A solução então foi desarticular o COMDEMA.

A solução para esta desarticulação do COMDEMA seria a polarização dos membros que votam e decidem sobre as questões ambientais dentro do Conselho. Isto ocorreu na medida em que a Prefeitura, como órgão criador deste Conselho, criou uma portaria em que ira ser representada por várias pastas e secretarias que estão ligadas e subordinadas ao prefeito da cidade. Dessa forma, foram inseridos como membros do Conselho: a SAE, A Secretaria de Obras, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Saúde e a própria Prefeitura Municipal de Catalão. Ou seja, a prefeitura deixou de ser apenas mais um voto no Conselho para assumir o comando das votações com a maioria dos votantes, decidindo a favor de seus projetos e interesses.

É importante salientar que, mesmo com esta estratégia, a prefeitura ainda não teria a maioria dos votantes dentro do Conselho, no entanto, com o aumento dos membros, as influências e a pressão exercida pela prefeitura passam a serem decisivas em boa parte das

reuniões, monopolizando-se as decisões do COMDEMA e, obviamente, desmantelando todos os princípios e objetivos para o qual o Conselho foi criado.

Outro fator de enfraquecimento do COMDEMA, segundo alguns representantes do próprio Conselho, foi a falta de engajamento e interesse de boa parte dos membros que o compunham. Embora o Conselho tivesse poder de veto e de lei, a ausência de boa parte dos membros nas reuniões praticamente inviabilizava qualquer determinação sugerida pelo Conselho. O que fica muito difícil de determinar nestas alturas é se esta ausência era algo estratégico e intencional ou se era realmente falta de interesse e descaso por parte dos membros ausentes.

Ainda nesta perspectiva de administração centralizadora, a Secretaria de Meio Ambiente já nasceu com características para atender aos objetivos desta gestão não participativa. Ou seja, a nomeação de um secretário de meio ambiente com praticamente nenhuma habilidade e competência para as temáticas ambientais e a recusa em se montar uma equipe multidisciplinar para atender à secretaria, demonstram claramente esta intencionalidade de uma gestão ambiental pouco engajada na consolidação de uma política de gestão compartilhada. E este fato, em si, certamente contribuiu para o acirramento do foco de tensão entre prefeitura e segmentos da sociedade ligados ao meio ambiente do município de Catalão-GO.

É importante reconhecer também que estas ações ousadas e, de certa forma, centralizadoras, deram-se em um contexto bastante delicado da política de Catalão-GO. Vários segmentos políticos e institucionais se manifestavam a qualquer ato da prefeitura. Isto ocorria ou pela disputa de poder ou por questionamento das ações da prefeitura. E, em função disso, talvez se não houvesse estas atitudes firmes e por vezes centralizadoras, boa parte dos projetos de urbanização e de expansão econômica, não teriam saído do planejamento.

Dar julgamento de valores a personagem como estes, centralizadores e, ao mesmo tempo, progressistas, é uma tarefa bastante difícil. Em uma escala maior, é como fazer uma analogia à figura do ex-presidente da República Getúlio Vargas. Até hoje é bastante complicado julgar suas ações, uma vez que este presidente deixou um dos maiores legados para a economia brasileira, transformando o país agroexportador em um país industrializado, por meio de uma gestão ditatorial. Será que os fins justificam os meios? Isto é muito subjetivo e depende dos princípios de quem faz este raciocínio. E este não é objetivo de nossa pesquisa.

O fato é que, logo após estas mudanças na estruturação e na participação do COMDEMA, a Prefeitura Municipal de Catalão passou a promover suas ações e a execução de projetos a revelia, sem ouvir os vários segmentos do poder público e muito menos da

sociedade civil organizada. Dessa forma, as obras da prefeitura passaram a ser executadas com muito mais rapidez e com bastante ousadia, para os padrões de uma cidade que, de certa forma, estava estagnada diante deste contexto.

No entanto, esta visão economicista e centralizadora de administração do novo governo municipal criou um foco de tensão entre prefeitura e os outros órgãos que buscavam uma gestão compartilhada. Esta tensão se radicalizou a ponto de praticamente todas as obras da prefeitura serem questionadas, mesmo que, a princípio, fossem para melhoria urbana de Catalão-GO.

Com isto, a Prefeitura Municipal de Catalão-GO passou a executar suas obras sem base na consulta popular e muito menos respaldo em estudos técnicos, gerando situações em que, muitas vezes, tiveram que recuar devido às inviabilidades técnicas e jurídicas de execução. O DIQUIC (Distrito Químico de Catalão-GO), proposto no Plano Diretor, foi um exemplo de proposta que teve que recuar, devido aos apontamentos técnicos que demonstravam sua inviabilidade.

Esta política economicista e progressista de administração, sem estudos técnicos e com ações centradas apenas na figura do prefeito, embora tenha sido muito ousada e transformadora da paisagem urbana da cidade, acabou culminando em uma cassação da liberação de licenças ambientais, em 2004, pela CEMAm (Conselho Estadual do Meio Ambiente) e referendada pela SEMARH (Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos hídricos).

Esta cassação das licenças ambientais, em março de 2004, embora tenha sido feita pela CEMAm, único órgão capaz de promovê-la, foi resultado da resposta da sociedade civil e institucionalizada que pensava em um projeto mais democrático e compartilhado para se lidar com as demandas ambientais do município de Catalão-GO.

Particularmente, neste processo, não se deve esquecer que foi decisiva e contundente a participação do Ministério Público para o encaminhamento legal desta cassação. Ao ser “afrentado” pelo poder público executivo municipal, com estas ações centralizadoras, o Ministério Público mudou sua forma de atuação, pois, até então, era muito mais um órgão consultivo e de orientação, passando agora a ter uma atuação mais fiscalizadora e punitiva. Com esta mudança de atuação e postura do Ministério Público, os promotores responsáveis locais buscaram se respaldar em critérios técnicos e jurídicos para a elaboração deste processo de cassação.

Conseqüentemente a esta cassação, de março de 2004 até 08 de dezembro de 2010, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente passou a atuar na marginalidade jurídica e sem o respaldo técnico de vários segmentos ligados às temáticas ambientais.

Esta situação culminou em uma relação tensa entre segmentos ambientalistas e poder público e empresarial. Os discursos e os debates resultantes destas relações de conflitos, certamente, deixaram um grande legado para as questões ambientais de Catalão-GO. Por um lado, a sociedade civil, organizada juntamente com o segmento público, buscou uma articulação e foram traçadas estratégias para o enfrentamento dos problemas ambientais, e, por outro, a própria prefeitura com uma nova gestão, representada pela Secretaria de Meio Ambiente, tentava construir uma nova visão para lidar com as temáticas ambientais, distinta da gestão centralizadora anterior.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente buscou se instrumentalizar melhor para tentar reaver o credenciamento para a liberação de licenças ambientais, que só foi conseguida recentemente, em 08 de dezembro de 2010 (anexo 02 doc. Parecer do CEMAm e anexo 03: diário oficial de 14 de dezembro de 2010 – Goiânia-GO).

O esforço da nova gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em buscar uma imagem positiva e democrática no tratamento das temáticas ambientais se esbarrou em dois aspectos relevantes.

Primeiro, em um sentido mais concreto e funcional, a tentativa de reaver o credenciamento da licença ambiental. Para isto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente teve que atender a uma série de requisitos determinados pelo CEMAm. Estes requisitos, como: a implantação de um fundo municipal de meio ambiente, montagem de uma equipe habilitada e multidisciplinar que pudesse licenciar e fiscalizar as demandas ambientais, ter uma legislação que tratasse das questões ambientais e fazer um levantamento das atividades potencialmente poluidoras, não só possibilitaram à Secretaria de Meio Ambiente emitir licenças ambientais, como também, a construção de uma política ambiental municipal, mais técnica e democrática (ver anexo 04- Resolução nº 04 de 2011- Critérios para a descentralização do licenciamento ambiental).

E, o segundo aspecto em que a secretaria se esbarrou foi o estereótipo negativo criado sobre sua imagem. Este aspecto, em um sentido subjetivo, mas não menos comprometedor das ações da secretaria, configurar-se-á em um grande desafio para a nova gestão. Segundo o senhor Carlos Cesar do Nascimento (2011), atual Secretário de Meio Ambiente:

Existem certas críticas que tem sido um grande obstáculo para a elaboração de uma gestão equilibrada de meio ambiente. Até mesmo instituições parceiras nossa, talvez em função de uma desconfiança de um contexto passado, elaboram um discurso de afrontamento muito duro e por vezes injusto às nossas ações. Por isto, procuro me respaldar em dois critérios fundamentais: primeiro na formação de uma equipe de secretaria multidisciplinar e técnica e segundo, a adoção de critérios jurídicos para as ações da secretaria, respaldados e orientados pelo Ministério Público. Além disto, procuro envolver vários segmentos ligados ao meio ambiente, na medida em que todas as nossas ações são encaminhadas para apreciação do COMDEMA.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente vai construindo suas teias de relações com o segmento organizado da sociedade civil e as instituições públicas, que estão envolvidas com as demandas ambientais do município. Certamente, esta articulação entre instituições tornou o município mais preparado e com suas responsabilidades divididas para o enfrentamento dos obstáculos (que não serão poucos) que impeçam a construção de uma paisagem urbana mais ecologicamente equilibrada e que respeite as especificidades do lugar.

Certamente este resgate da credibilidade institucional só será possível se a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão-GO conseguir equacionar uma fórmula bastante desafiadora, ou seja, ela terá o desafio de responder às demandas ambientais, em uma cidade em franco processo de desenvolvimento econômico e industrial, conciliando suas ações com a mesma ousadia progressista da gestão passada por meio de uma gestão transparente e compartilhada.

3.3 Ministério Público: Um Desafio Metodológico.

Por mais que se reconheça a grande importância que o Ministério Público exerceu em todo este contexto pela construção de uma sociedade organizada e articulada nas demandas ambientais do município, as dificuldades e os desafios metodológicos encontrados para se penetrar neste universo jurídico obrigam a se optar pela retirada desta instituição do objeto de pesquisa.

A pesquisa de Mestrado proposta aqui não tem o tempo disponível e nem o arcabouço técnico-teórico que seria necessário para se avançar nas indagações que são pertinentes a esta instituição no decorrer deste estudo. Talvez tais dificuldades metodológicas possam servir como sugestão de um problema para um projeto de pesquisa de doutorado, para futuros pesquisadores que possam se interessar.

Isto não significa dizer que a pesquisa não foi realizada. Houve um desdobramento para se extrair as informações necessárias, mas infelizmente os resultados não corresponderam aos objetivos propostos. Também isto não significa que não devem ser descritas estas dificuldades no procedimento metodológico. Pelo contrário, os apontamentos das mesmas podem servir como suporte e superação para outros pesquisadores que queiram se enviesar por este campo institucional jurídico. Deixando, dessa forma, o procedimento metodológico desta pesquisa como uma contribuição para estudos futuros.

Deve-se justificar também que estas dificuldades não se deram pela falta de vontade dos personagens que fazem parte da esfera do Ministério Público. Pelo contrário, nas três instituições do Ministério Público (regional, estadual e federal) que foram contatadas pela pesquisa, notou-se uma boa vontade e uma dedicada atenção ao tema a ser pesquisado. Até por que, há uma preocupação por parte de alguns personagens do Ministério Público que foram ouvidos com a transparência e com a divulgação de seus trabalhos. Isto por que pesquisas apontam que boa parte da população brasileira desconhece o vínculo institucional e muito menos o papel do Ministério Público na dinâmica jurídica da sociedade brasileira.

Mas qual seriam então as grandes dificuldades em se levantar uma pesquisa a respeito do Ministério Público em Catalão-GO?

O fato é que o primeiro contato da pesquisa com o Ministério Público abriu uma boa perspectiva para o levantamento futuro de informações pertinentes à pesquisa. Como já foi mencionado, a promotoria local recebeu a proposta da pesquisa com uma boa abertura, disponibilizando-se a colaborar em todos os aspectos possíveis com entrevistas e abertura de alguns arquivos para o pesquisador. Obviamente, o cronograma e a organização da pesquisa vai se basear e se programar nesta boa e receptiva facilidade de abertura.

No entanto, na primeira etapa da pesquisa, em que seria feito um levantamento histórico, descrevendo a consolidação das três instituições que são objeto de estudo, surgiu a primeira dificuldade para a obtenção das informações no Ministério Público regional. Ao buscar-se um levantamento das ações implantadas na consolidação do ministério em Catalão-GO, recebemos a notícia que estas informações não ficam nas sedes regionais, mas sim, na Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

A Procuradoria Geral do Estado em Goiânia, ao ser procurada, deu a notícia de que o levantamento das ações dos promotores envolvidos na consolidação do Ministério Público em Catalão e nos demais municípios não seria (pelo menos em curto prazo) possível. Isto por que todas as ações dos promotores estariam em forma de dossiês e estes dossiês não estariam disponíveis ao público.

A justificativa deste não acesso aos dossiês foi dada alegando uma questão de segurança, configurando-se, portanto, como bastante procedente. Segundo o depoimento de representantes do Ministério Público Estadual, as ações do Ministério Público geralmente envolvem conflitos de interesses e os sujeitos que se sentirem prejudicados poderão representar potencialmente uma ameaça à integridade física destes promotores de justiça. Porém, positivamente, teve-se a informação, nesta mesma fonte, de que o Ministério Público reconhece esta dificuldade de acesso e já está trabalhando na construção de um projeto, que consiste na construção de um memorial histórico, em que estariam expostas todas as ações que consolidaram as estruturas físicas e de pessoal da expansão do Ministério Público para os municípios. Este documento disponibilizará todo o processo de expansão, sem expor os promotores a riscos e à obstrução de seu trabalho.

Mesmo diante dos obstáculos elencados, procurou-se a sede no estado do Ministério Público Federal, a fim de se obter informações a respeito das possibilidades de se prosseguir com a pesquisa. E o procedimento que foi orientado é o seguinte:

O pesquisador teria que se dirigir à coordenadoria e fazer um requerimento ao procurador chefe, solicitando as ações em meio ambiente no município de Catalão-GO. Esse requerimento teria um tempo para ser analisado e, em seguida, sairia o parecer com as devidas sugestões de correção ou o seu indeferimento. Porém, correr-se-ia o risco de não se obter uma aprovação do requerimento a tempo de se cumprir o cronograma da pesquisa. Além disso, o simples acesso às ações em meio ambiente não atenderia ao objetivo de estudo, qual seja, entender as subjetividades dos sujeitos que deixaram sua identidade na consolidação de uma instituição que teria a dura tarefa de manter o cumprimento da lei, em um processo de expansão econômico-industrial em um município.

Diante destas dificuldades técnicas e processuais, em reunião com o orientador da pesquisa, chegou-se à conclusão de que não haveria tempo para se fazerem todos os procedimentos necessários e que seria preciso proceder a um recorte no objeto de estudo.

Lamentavelmente isto empobrece a pesquisa, mas não a inviabiliza. Empobrece por que os depoimentos destes promotores e o levantamento de suas ações seriam muito relevantes para a discussão, uma vez que ela caminharia por uma metodologia qualitativa e os depoimentos pessoais destes personagens seriam de grande importância para o desvelamento de suas percepções. Mas isso não impediu a pesquisa, porque, por mais que exista esta blindagem regulamentada das informações, a articulação desta instituição com as demais instituições pesquisadas aparece em praticamente todo o trabalho. Portanto, suas informações estão postas ou em arquivos disponibilizados ao público ou estão presentes nos depoimentos

de personagens que pertencem a outras instituições que se mesclam ao Ministério Público, como, por exemplo, o depoimento do diretor do Campus UFG de Catalão, o Senhor **Manoel Rodrigues Chaves**, que também faz parte do corpo de docentes do curso de Geografia de Catalão. Ao responder a um questionário de entrevista em que lhe é feita a seguinte pergunta: *Como você avalia a participação do Ministério Público nas questões ambientais em Catalão nos últimos dez anos?* O senhor Manoel R. Chaves relata o seguinte:

Em minha opinião e levando-se em consideração a enorme gama de atribuições que tem o MP, acredito que em Catalão Ele tem uma boa atuação no campo da defesa do meio ambiente. A curadoria do Meio Ambiente tem atuado bem, sobretudo na mediação e elaboração de TACs e na participação nas audiências públicas. Também se verifica uma atuação no sentido da exigência de estudos e laudos periciais e uma exigência quanto ao cumprimento das normas ambientais por parte dos poderes constituídos.

O mesmo questionamento é direcionado ao Senhor Carlos Cesar Nascimento, atual Secretário Municipal de Meio Ambiente e ele dá o seguinte depoimento a respeito do Ministério Público: “O Ministério Público juntamente com o curso de Geografia tem sido os maiores parceiros do meio ambiente e conseqüentemente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Graças a eles, a qualidade ambiental em Catalão é vista com um olhar especial.”

São depoimentos de personagens que exercem papéis importantes nas questões ambientais de Catalão-GO como estes, que respaldam e reconhecem a importância do Ministério Público e que reforçam o que a pesquisa tem apontado em todo seu corpo dissertativo. Este fato constatado demonstra a necessidade de se inserir esta instituição no objeto de estudos da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES

Ao se aproximar do final desta jornada de pesquisa, em que se teve a oportunidade de circular por várias esferas do poder público institucionalizado, investigando, interpretando e analisando a atuação das três esferas: Ministério Público, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e UFG-CAC (curso de geografia), pode-se apontar para algumas considerações.

A princípio, houve a constatação de que a sociedade civil, engajada na luta pelas questões ambientais do município em Catalão-GO, difere bastante da grande maioria dos demais municípios goianos. Poucos municípios no Estado se desdobraram para a criação do COMDEMA e muitos não possuem instituições públicas que tenham habilidade e competência para arbitrar na luta pelas demandas ambientais. Este fato, em si, já consiste em um grande diferencial e é responsável por toda uma especificidade do município de Catalão-GO no tratamento destas questões ambientais.

Esta especificidade que a cidade de Catalão-GO apresenta está ligada a outra particularidade: a forma de crescimento econômico-industrial bastante acelerado que a cidade experimentou nos últimos vinte anos. Catalão hoje representa a terceira maior arrecadação do Estado de Goiás e possui índices de IDH bastante elevados para os padrões da região Centro-Oeste (exceto DF). Este fenômeno, associado ao menor custo de produção, tem se revertido em um fator de atração de inúmeras empresas que se deslocam de várias partes do país para se instalarem no município. Contudo, este crescimento industrial também representa transformações profundas, não só na paisagem do lugar, como também na forma de organização da sociedade local para o enfrentamento destas mudanças.

Na medida em que a sociedade vai se articulando para o enfrentamento dos problemas ambientais, as visões diferenciadas de desenvolvimentos se apresentam e os discursos se explicitam na defesa destas visões. Surgindo daí o enfrentamento, os conflitos e os debates que vão permear todos os segmentos da sociedade catalana.

Dessa forma, estes debates e conflitos vão se institucionalizando. E a busca de um poder representativo vai se consolidando na formação de instituições públicas que respaldem os segmentos diferenciados desses conflitos. Por isso, os estudos destas três instituições apontadas nesta pesquisa se tornam relevantes no sentido de interpretar estas situações problemas do município.

Parece contraditório querer fazer esta leitura a partir dos papéis que as instituições públicas desempenham neste processo, pois, se a racionalidade positivista do capital parece ser a matriz da qual se originaram as contradições entre modo de produção e a existência

humana, entre a produção industrial e a degradação ambiental, por que então entender instituições que são rígidas, que legitimam, regulamentam e justificam esta racionalidade? Não há a garantia de que tais instituições estejam plenamente no exercício do resgate da identidade e do bem estar destes povos. Pelo contrário, elas representam a forma em que os debates estão postos e como se tornaram instrumentos de enfrentamento destas questões.

Não se trata de uma luta entre o bem e o mal. A legitimação ou a negação que estas instituições apresentam a esta dinâmica do crescimento de Catalão são respaldadas em termos técnicos, jurídicos e administrativos. Portanto, as ações destas instituições fazem parte dos instrumentos que o Estado brasileiro construiu ao longo de um processo histórico, um processo que foi marcado por lutas e jogos de interesses de vários grupos sociais que deram uma identidade ao Brasil.

Com uma abordagem metodológica mais qualitativa, no entanto, há a percepção de que estas instituições, em nível municipal, apresentam suas especificidades. Não existem garantias de que tais instituições sigam fielmente as propostas para as quais foram criadas. A Secretaria Municipal de meio Ambiente não consegue estabelecer o ordenamento territorial do município em equilíbrio com o meio ambiente, adotando uma visão meramente economicista. Por outro lado, também encontra dificuldades em conciliar uma gestão ousada, progressista e dinâmica com uma imagem transparente e democrática. O Ministério Público, através do zelo pela manutenção da lei, não atende às especificidades e às subjetividades da população local que não se encaixam nas esferas jurídicas. Existe, ainda, uma dificuldade do Ministério para se impor totalmente no sentido de desarticular as estratégias utilizadas pelas empresas, que tentam burlar o sistema de punição às suas infrações. O curso de Geografia, por sua vez, apresenta discursos dicotômicos e polêmicos, que nem sempre se configuram em formadores de opinião consoantes com os vários segmentos envolvidos nas demandas ambientais.

Tem-se a clareza de que estas instituições ainda não atendem plenamente aos anseios da população com relação aos problemas que surgem no município, decorrentes de um grande surto de industrialização e um desenvolvimento econômico em geral. E, pelos resultados da pesquisa, a instituição que consegue fazer esta autocrítica, considerando suas limitações e assumindo suas responsabilidades, parece encontrar melhor o caminho a ser trilhado para uma gestão mais em equilíbrio como as demandas ambientais do município.

Isto não significa, porém, algo negativo e que impossibilite atuações bastante contundentes destes três órgãos públicos. Pelo contrário, como foi colocado anteriormente no II capítulo, o mundo hoje é plural e reconhecer e fomentar esta pluralidade, que se manifesta

inclusive na rigidez das esferas públicas, é reconhecer que esta pluralidade não está ligada somente à figura do sujeito individualizado, mas sim, a vários segmentos da sociedade contemporânea. É o que Foucault denomina de Biopoder. Ou seja, as redes de poder se entrecruzam e criam uma dinâmica que atendem às várias especificidades dos locais e das sociedades por meio da atuação das instituições públicas.

Outra constatação percebida pelos resultados da pesquisa é a quebra de estereótipos preconcebidos de algumas instituições. Ou seja, muitos mitos a respeito destas instituições caem por terra ao se aproximar e se analisar mais profundamente o objeto de estudo. E, surpreendentemente, teve-se que mudar a imagem que era feita com relação a alguns aspectos destas instituições.

Por exemplo, já havia a noção de que o Ministério Público seria um ambiente difícil de penetrar e que estas dificuldades seriam oriundas da própria vontade dos sujeitos que fazem parte da instituição. Desconfiança esta que seria suposta e empiricamente justificada pela morosidade e burocracia do sistema e, principalmente, pela postura clássica, rígida e austera que muitos profissionais das várias áreas jurídicas demonstram no exercício de sua profissão. No entanto, ao se aproximar do objeto de estudo e se contatar tais profissionais, tanto na esfera regional, quanto nas estaduais e nacionais, percebe-se uma boa vontade em atender ao pesquisador e uma enorme expectativa em fazer com que seus trabalhos sejam difundidos para a população nas várias formas de divulgação de informação, inclusive em pesquisas acadêmicas como esta.

Mesmo reconhecendo esta boa vontade que o Ministério Público demonstrou, e consciente de que esta “blindagem” é uma questão de segurança para a instituição e para os profissionais que ali atuam, não se pode deixar de expressar a frustração por não se conseguir retirar mais informações para a pesquisa. A atuação do Ministério Público hoje (embora sua atuação anteceda bastante este contexto) faz parte e se configura em um instrumento de consolidação de um país preocupado com um projeto de redemocratização, desencadeado na década 1980. Respaldo pela constituição de 1988, o Ministério Público tem atuado em praticamente todas as situações que possam ameaçar os princípios democráticos que a sociedade brasileira buscou na elaboração desta nova carta constituinte. Mais ainda, atualmente o Ministério Público tem atuado com uma ênfase maior, no sentido de fazer valer novos direitos que até antes da constituição de 1988 estavam alienados de todo corpo que constituía o arcabouço legal do país. Direito do idoso, direito da mulher, direito dos adolescentes e direito ambiental, fazem parte agora da nova carta constituinte. E, por estes direitos serem relativamente novos na legislação brasileira, fazer valer o seu cumprimento na

prática, torna-se uma tarefa bastante complicada, uma vez que grande parte do seu descumprimento está ligada a uma questão cultural da sociedade brasileira.

Obviamente, as questões ambientais do país e as demandas ambientais de Catalão-GO, fazem parte desta busca por uma sociedade mais democrática e mais preocupada com os problemas ambientais. Daí se justifica a decepção em não se poder entrar no campo mais íntimo e nas subjetividades que existem no Ministério Público de Catalão-GO. Pois, tem-se a certeza de que esta experiência traria um novo olhar a respeito desta instituição e sua relação com a sociedade catalana.

Mas, o que consola é que estas dificuldades podem não existir mais para futuras pesquisas, pois, a Procuradoria Geral do Estado de Goiás reconhece o problema e, preocupada em tornar mais transparente esta instituição, está se empenhando na construção de um memorial, em que as ações do Ministério Público de Goiás serão levantadas e disponibilizadas, sem ônus ou riscos para a instituição e, principalmente, para os promotores que fazem parte das mesmas.

Outra quebra de estereótipo preconcebido a respeito das instituições aqui pesquisadas, é a imagem que se tem da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão-GO.

Por conta de sua atuação anterior nas demandas ambientais do município, baseada em uma gestão centralizadora e com uma visão progressista economicista, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente recebe hoje duras críticas, que chegam a interferir e obstruir sua tentativa de construir uma gestão mais compartilhada e em sintonia com uma política nacional de descentralização das questões ambientais. Praticamente todas as propostas sugeridas por esta Secretaria são rechaçadas ou, no mínimo, vista com desconfiança. Segmentos da sociedade civil e instituições públicas ligadas às temáticas ambientais exercem um olhar mais atento e crítico às ações desta secretaria. Desconfia-se da formação acadêmica do secretário municipal, questionam sua indicação política para o cargo, questionam praticamente todas as formas de planejamento municipal ligado ao meio ambiente e acreditam que esta nova gestão não passa de um fantoche sem autonomia, dirigida pelo prefeito ou por outros políticos.

No entanto, os caminhos que esta pesquisa trilhou apontam para uma percepção bastante diferenciada destas críticas. Primeiramente, é a abertura que a instituição proporcionou para esclarecer todas as dúvidas e questionamentos. Demonstrou uma transparência que, nas outras duas instituições pesquisadas, não foi possível se ter. A todo o momento, a Secretaria esteve aberta a questionários, entrevistas e ao esclarecimento de todos os aspectos polêmicos inerentes a sua gestão e à gestão anterior. Empenhou-se em mostrar documentos que comprovam sua luta por este processo de descentralização da gestão

ambiental (ver anexos). E, principalmente, reconhece que, em vários momentos, teve suas falhas nos casos críticos que envolvem o meio ambiente. E tem, ainda, a clareza de que adotou manobras políticas para manter uma gestão centralizadora de meio ambiente no passado.

O próprio reconhecimento destas falhas talvez tenha sido o grande “motor” que incentivou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a ter uma mudança de postura referente ao enfrentamento das questões ambientais de Catalão-GO. Como parte deste processo, a nova gestão teve a dura tarefa de buscar se credenciar ao CEMAm (Conselho Estadual de Meio Ambiente), a fim de obter a autorização para emitir licenças ambientais no município. Para isto, teve que cumprir uma série de exigências determinadas pelo Conselho e referendada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Goiás. Exigências estas que culminaram na construção de uma política democrática e descentralizada de meio ambiente.

Esta atitude se configura em alguns aspectos bastante positivos. Primeiramente, é a aproximação da Secretaria com a sociedade civil organizada, que vai ocorrer através de uma reestruturação mais democrática do COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente). Segundo, é a reaproximação da secretaria municipal com outras instituições públicas, como o Ministério Público e a UFG-CAC. Estes aspectos citados acima darão à Secretaria dois respaldos de grande relevância para qualquer gestão pública. São eles: a participação popular representada pelo COMDEMA e o respaldo legal, avalizado pelo Ministério Público regional.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão-GO, através da construção destes mecanismos de uma gestão mais compartilhada, vai deixando um legado que se configura em uma política de município e não de governo. Ou seja, há um esforço atual em implantar uma política de meio ambiente no município, que está se consolidando com tal solidez que, independentemente da postura democrática ou não dos próximos gestores, dificilmente serão desrespeitadas, questionadas ou desmanteladas.

Resta agora a esta secretaria atender às expectativas de concretização deste projeto de descentralização de meio ambiente. Para chegar a este objetivo, terá que desfazer alguns mitos e buscar o resgate da imagem de uma instituição comprometida com os anseios da população e que respeita as determinações das leis ambientais. Objetivo este que também não será uma tarefa fácil, pois os discursos críticos, embora sejam de caracteres subjetivos e por vezes empíricos, deixam impressões difíceis de serem desmitificadas.

E, finalmente, um novo olhar que a pesquisa traz com relação ao papel da UFG-CAC, representada aqui pelo curso de Geografia. Não se trata necessariamente da quebra de um estereótipo deste curso, até por que ele possui tamanha pluralidade na forma de interpretar

estas questões ligadas ao meio ambiente que, qualquer tentativa de uniformizar as suas várias formas de raciocínio, pensamentos de sujeitos e atuação, seria no mínimo complicada e inexacta.

É inegável o papel do curso de Geografia nas demandas sócio-ambientais de Catalão-GO. Com um histórico de pioneirismo, com uma grade curricular composta por disciplinas que estão inseridas ou, no mínimo, dialogam com as temáticas ambientais e com um quadro de docentes habilitados, qualificados e engajados politicamente na luta por um município sócio-ambiental mais equilibrado, este curso tem marcado presença ao longo de sua história em praticamente todas as questões mais relevantes que envolvam os temas sócio-ambientais do município de Catalão-GO.

Diante das evidências que comprovam o histórico de participação do curso de Geografia – UFG-CAC nas questões sócio-ambientais do município, dissertar sobre a atuação deste curso seria, naturalmente sem “bairrismo” ou exaltação desmedida, uma homenagem à geografia pelas suas contribuições à população de Catalão-GO.

Os debates, as críticas, os rigores metodológicos e burocráticos, os posicionamentos políticos bem explícitos, do ponto de vista acadêmico, são fatores bastante positivos, e, provavelmente, também foram responsáveis por esta participação maciça do curso de Geografia nas principais questões sócio-ambientais do município.

No entanto, o “curso de Geografia” de Catalão que naturalmente seria aberto, por se tratar de uma instituição de pesquisa e ensino e pelas suas ações positivas nas questões ambientais do município, terá um grande desafio. Mesmo que carregado de divergências internas, ele terá que superar este obstáculo e, em uma ação conjunta, respaldar-se em sua história e transcender estes obstáculos, pois, mesmo com um corpo de docentes altamente qualificados e com uma estrutura física bastante estruturada e com programas avançados de pesquisa, corre-se o risco deste curso declinar em uma crise.

Existe uma crise nacional na educação básica, que naturalmente pode influenciar nesse contexto. Cada dia menos, alunos egressos do vestibular apresentam interesses em seguir a carreira de educador.

Apoiar-se na outra parte do tripé da universidade, ou seja, a pesquisa, pode ser uma saída, mas este tripé não teria sustentação sem o suporte da outra parte, que é a educação. Além disso, cada dia mais outros novos cursos apresentam pesquisas que até então eram exclusividades da geografia. Os cursos de Biologia e de Engenharia de Produção, por exemplo, já possuem projetos de pesquisas e extensão bastante interligados à Secretaria de Meio Ambiente e outras instituições.

Certamente, o curso de Geografia tem um histórico de atuação que o gabarita para resolver estas questões. Seu engajamento, sua militância política e a formação de grupos de pesquisas, somados à implantação da pós-graduação *stricto sensu*, possibilitaram a construção de uma estrutura física e uma qualificação de pessoal que poucos cursos do campus UFG de Catalão ainda possui. Resta saber se toda esta estrutura física e humana do curso de Geografia se reverterá em um instrumento que dê continuidade às ações positivas que tem prestado à sociedade de Catalão-GO.

O fato é que esta pesquisa levou, por meio de depoimentos, experiências vividas e dificuldades percebidas, a esta constatação. Mas, até mesmo para não se cair na redundância da crítica pela crítica, algumas considerações devem ser feitas.

Primeiramente, é a questão da heterogeneidade deste curso. Os profissionais que nele atuam possuem uma grande diversidade na forma de pensarem e atuarem em todas as temáticas, inclusive nas de caráter ambiental. Por tanto, é importante reforçar que uma caracterização ou crítica ao curso não se direciona necessariamente aos sujeitos que o compõem, mas sim, à instituição.

Outra consideração a ser feita é, na verdade, reforçar-se o reconhecimento dos limites de uma pesquisa de mestrado para se tecer estes questionamentos. Como já foi mencionado em outro capítulo, esta pesquisa foi realizada por um pesquisador que não pertence ao quadro de pessoal de nenhuma destas instituições. Daí o reconhecimento de que as observações podem conter situações ainda no campo do empirismo e da subjetividade. No entanto, é bom salientar que o objeto da pesquisa é entender de que forma algumas instituições públicas de Catalão dialogam e interagem no campo das questões ambientais. E, não inserir o curso de Geografia, ou qualquer uma das três instituições nestes estudos, seria um grande equívoco que limitaria toda a pesquisa.

Notadamente, os resultados da pesquisa demonstraram que as instituições que se apresentaram mais abertas para as indagações da pesquisa, e provavelmente da sociedade em geral, apresentaram também maior capacidade de resolverem problemas, os quais enfrentaram ao longo de sua história no município de Catalão-GO.

Fazer uma leitura da dinâmica econômica, social e ambiental de Catalão-GO, sem se avaliar, enquanto sujeito ou instituição, inserido e atuante neste contexto que o município vivencia é, na verdade, estagnar-se frente a um turbilhão de transformações que ainda estão por vir. Por isso, não devemos nos furtamos de tal exercício. Cada cidadão, empresário ou instituição, deve estar atento a este movimento do real e colocar-se como parte deste movimento. Só assim, o indivíduo terá condições de se transformar em um mecanismo de

pressão que ajude as instituições a exercerem suas funções públicas em sintonia com os desejos da população do lugar.

REFERÊNCIAS

- ARRAS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia/GO: Vieira, 2004.
- BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 1989.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- CHAVES, M. R. **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano**. Rio Claro, SP. Tese (doutorado). UEP, 2003.
- CHAVES, M. R.; MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. **Inserção, Crítica e Intervenção na Realidade: A AGB e a Geografia em Catalão-GO**. art. AGB – 2005,p17.
- CHAUL, N. F. História Política de Catalão. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia, v. 5. n. 2, p. 41-54, jul./dez., 1994.
- _____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2 ed. Goiânia: UFG, 2001.
- CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- DEUS, J. B de O. **Sudeste Goiano: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FERNANDES, C. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo, SP: 1990.
- FRANCIS, D. G.; GONÇALVES, R.; PESSÔA, V. L. S. **Comunicação profissional: o ensino, a extensão e a pesquisa como práticas de construção do conhecimento**. Uberlândia: UNIMINAS, 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga. A. Sampaio. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GOMES, H. **A produção geográfica em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1996.

- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1996.
- GREGOLIN, M. R. **Análise do discurso: herança, métodos e objetos**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1996.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperanças**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- HISSA, C. E. V. (Org.) cap. II e III. **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACOSTE, J. Y. **A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 5 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2001. 263 p.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Trad. ANDRADE, M. M. de.; MARTINS, S. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFF, H. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução, elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 458 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente-SP, 2004.
- MESQUITA, H. A. A. **Modernização da Agricultura: um caso em Catalão/GO**. 1993. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – ICHL- UFG, 1993.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- _____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982. 238 p.
- _____. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

PEDROSA, L. E.; MENDONÇA, M. R. (Orgs.). **Diagnóstico e monitoramento sócio-ambiental da cidade de Catalão/GO e do entorno**. Catalão: UFG, 2005.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p.317-336.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **Território: globalização e fragmentação/o retorno do território**. São Paulo: 1994.

_____. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 384 p.

_____. **Da totalidade do lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 170 p.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 132 p.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988.

SOUSA SANTOS, B. de. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 92 p.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 7 ed. São Paulo. Cortez, 2009. 415 p.

SILVA, M. J. **A História do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás: 1983 – 2002**. Goiânia: Ed da UCG, 2009. 256p.

SILVA R. **A implantação da Mitsubishi em Catalão: Estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em geografia), Goiânia, 2002.

SAQUET, M. A. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In. FRAGA, N. C. (Org.) **Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p.33-50

TUAN Y. F. **Espaço e lugar: perspectiva da experiência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

Anexos